



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017**

ATA DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, no salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu-se pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia seis do mesmo mês, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. Designação da Comissão de Revisão do regimento da Assembleia Municipal;
3. Relatório sobre a situação económica e financeira do Município de Idanha-a-Nova em 30-06-2017;
4. Proposta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Idanha-a-Nova;
5. Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2018.

Iniciada a sessão, o senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência da senhora Joana Mata Serrasqueiro Rossa, substituída pela senhora Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça, do senhor João Luís Marques Rego Geraldês, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas, da senhora Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias e do senhor Jorge Manuel Bentes Joia, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel D'Acha, substituído pelo senhor Mário Alberto Chaves Magro.

As ausências verificadas estão todas justificadas

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de imediato dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, salientando o Ofício do Tribunal de Contas relativo à homologação da conta relativa ao exercício de 2011 – recomendação.

Seguidamente e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória das atas número um e número dois, da sessão ordinária do dia dezoito de outubro e da sessão extraordinária do dia vinte e cinco de novembro, respetivamente, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar às mesmas.

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente informou que relativamente à ata número um que não poderiam votar a mesma os senhores deputados Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça, Lourenço Malhadas e Mário Alberto Chaves Magro e que em relação à ata número dois não poderiam votar os senhores deputados Lourenço Malhadas, Joaquim Jorge Esteves Laranjo e Mário Alberto Chaves Magro.

Terminada a informação o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata número um a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: vinte e quatro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a ata número um foi aprovada por UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR.

Seguidamente submeteu a ata número dois a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: vinte e quatro;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a ata número dois foi aprovada por UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR.

Terminada a votação das ata número um e dois, o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Albano Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, que disse que “ gostaria de trazer aqui dois assuntos e um deles é aquele que se prende com a utilização de herbicidas controversos, e voltaria a insistir neste assunto porque tenho acompanhado com entusiasmo muitas das realizações que a câmara tem feito sobre assuntos que acho que são completamente inovadores, sobretudo na área da cultura. O festival “Fora do Lugar” é para mim algo que já ultrapassou há muito as fronteiras do nosso concelho, e até do país, mas há outros eventos que são de alguma forma eventos que estão um pouco à frente do seu tempo. A câmara municipal tem procurado colocar este concelho numa perspetiva, e atrevo-me a dizer, um pouco mais progressista, um pouco mais no sentido de que há coisas para fazer que não sejam as do dia-a-dia de cada um de nós, e este festival de música é um exemplo disso.

Nesta ordem de ideias é possível atrair para o nosso concelho pessoas de uma outra formação cultural e essas irão necessariamente servir de motor de desenvolvimento, que será um motor um pouco diferente, mas é obvio que quando se trás empresas que estejam ligadas ao web, isso não produz efeitos imediatamente, mas cria a semente para que novas empresas venham para cá, nova gente venha para cá e gente mais nova. Então nesse contexto gostaria de lançar aqui um desafio a esta comunidade, que é a nossa, que é aquela em que nós vivemos, onde os nossos filhos e netos vivem, que é o de banirmos de uma vez por todas a utilização do famoso glifosato. O glifosato é algo controverso, é algo que está e não está provado, é algo que faz e não faz mal, mas penso que é consensual que a utilização sistemática nos nossos campos poderá provocar, porque já o fez noutros sítios, mal formações, doenças cancerígenas, etc.. Então, na senda de alguma inovação, porque é que nós não declaramos o nosso concelho livre de glifosato! Não utilizaremos pesticidas que sejam reconhecidamente maus para a saúde. É evidente que a câmara não pode mandar nos particulares, mas a câmara como motor de desenvolvimento e de mudança, poderia aplicar esta medida nos seus serviços.

Gostaria ainda, e trazendo para aqui, algo que sempre me tem preocupado que são todos os assuntos que sejam transversais às freguesias e perdoe-se-me que puxe um pouco pelas freguesias. Tive conhecimento que, e presume que todos nós, estão previstas concessões de apoios, candidaturas e as autarquias podem candidatar-se, e há subsídios que podem chegar aos cento e vinte euros por hectare para limpeza de mato. Esse é o melhor serviço que nós podemos prestar às populações que é dizer-lhes como é que devem tratar disto, onde se devem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

dirigir, o que é que é possível e como é que nós juntas, nos podemos articular com a câmara, quais é a estrutura que a câmara tem para se tratar disto e recordo que quando foi a questão das ripícolas, alguns de nós candidataram-se e tiveram sucesso. Por isso aqui ficam estes dois reptos ao senhor Presidente da câmara. Para terminar irei propor que isto de banir o glifosato seja transformado em moção a ser votada por esta assembleia e desta forma tivesse uma força diferente que um simples aconselhamento ou opinião.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Vítor Mascarenhas, Presidente da União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, que disse que “ a Freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes possui um movimento associativo bastante ativo, mobilizando, de forma permanente, jovens e menos jovens da nossa comunidade nas mais diversas atividades. O dinamismo associativo constitui uma das maiores riquezas da freguesia, não só pelo número de associações existentes, mas também pela diversidade de atividades por elas desenvolvidas ao longo do ano, desempenhando o papel de verdadeiros embaixadores não só da freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes mas também do município de Idanha-a-Nova, sendo assim das primeiras a levar e a engrandecer o nome de Idanha-a-Nova, seja nas terras mais próximas, sejam em qualquer outro lugar do nosso país. Daí o meu agradecimento público a todos os idanhenses que com o seu esforço, empenho e dedicação têm contribuído para a vitalidade das nossas associações, claro está, sem esquecer o apoio fundamental do município de Idanha-a-Nova e também da freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes.

No último trimestre de 2017, não posso esquecer que na minha freguesia a Associação de Cicloturismo de Idanha-a-Nova realizou o evento “Trilhos da Raia” com cerca de seiscentos e vinte participantes foram os acompanhantes. As adufeiras de Idanha lançaram também um CD no Fórum Cultural, a Filarmónica Idanhense no dia 8 do corrente mês comemorou o seu 129.º aniversário com um espetáculo memorável. No dia 9 deste mês, o Clube União Idanhense organizou a quarta corrida de São Silvestre, uma prova de grande nível e com a participação de cerca de trezentos atletas de vários pontos do país e com a presença de vários atletas olímpicos. Nesta prova um agradecimento muito especial aos Bombeiros de Idanha-a-Nova, aos escuteiros do Agrupamento 326 de Idanha-a-Nova, à Pousada da Juventude e à GNR pelo apoio que deram a este grande evento. Também neste dia e em Tavira, na modalidade de Jujitsu tivemos um vice-campeão nacional. Não podemos ficar indiferentes às iniciativas que se realizam na freguesia de Idanha-a-Nova e Alcafozes e ao reconhecimento que devemos dar ao papel das associações como fator de desenvolvimento da nossa comunidade, na cultura, no desporto, no lazer e na ação social e humanitária, na educação ou em qualquer outra área.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ foi com muito agrado que ouvi a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim no que diz respeito ao glifosato. Todos conhecem as minhas grandes preocupações com os pesticidas, não só pela questão ambiental, mas também pelos prejuízos que causam à saúde pública, uma vez que a saúde foi a minha atividade profissional. Irei votar favoravelmente a moção que o senhor Presidente da Junta de Freguesia irá apresentar porque nos parece que é mais um engrandecimento ambiental do concelho de Idanha-a-Nova.

Ainda em questões de ambiente, não sei se vi na televisão ou na internet a existência de uma máquina que trata das ervas dos caminhos através de calor, claro que isso é uma invenção ainda muito precoce e com custos muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 3 DE 29-12-2017

acrescidos, mas é uma coisa a pensar porque nós temos realmente que prever e utilizar aquilo que nos fizer menos mal e nos permitir manter o ser humano o mais saudável e com maior longevidade possível.

Queria também falar sobre o mundo rural porque estive presente na apresentação do estudo que foi feito na casa do concelho de Idanha-a-Nova em Lisboa e foi um evento merecedor da nossa estima e a casa esteve cheia e foi muito positivo porque levou o nome de Idanha-a-Nova para outros patamares, não só pelo tema, mas também pelas pessoas que trataram do tema, que foi o professor Augusto Mateus, e a sua equipa, que é um nome reconhecido a nível mundial, que fez um estudo realmente sobre o mundo rural que nos é muito caro aqui em Idanha-a-Nova, estamos muito no coração o mundo rural uma vez que nós pertencemos a ele. É preciso realmente desenvolver este mundo rural, é preciso trabalhar nesse mundo rural e a principal resolução para esse mundo rural é trazer pessoas e investimento, é trazer trabalho, é fixar gente, mas evidentemente terá que ser gente jovem, porque os idosos já não trabalham nessas áreas, que possa constituir família aqui e que faça movimento, crescimento, notoriedade, riqueza e bem-estar ao concelho de Idanha-a-Nova. Não vou enumerar os quatro pontos principais desse estudo porque toda a gente os conhece e a CDU tem falado neles ao longo dos anos, mas é importante implementar tudo aquilo que está escrito para realmente fazer do interior e do nosso concelho uma zona de progresso, de riqueza, de fixação de pessoas e de bem-estar. Esta é a nossa proposta e a nossa preocupação.

Também quero aqui apresentar uma moção que também vem realmente promover e simplificar a vinda de pessoas e de empresas para Idanha-a-Nova, que será a redução ou a eliminação das portagens na A23 e A25, enquanto as estradas alternativas estejam em obras, assim passo a ler a moção a entregar à mesa "Moção pela abolição das portagens na A23 e na A25.

A não aplicação de portagens nas chamadas SCUT foi sempre justificada com a necessidade de compensar as regiões do interior do país com medidas de discriminação positiva tendo em conta as manifestas assimetrias regionais existentes.

A introdução de portagens na A23 e na A25 há seis anos, tem tido consequências profundamente negativas para as populações e para o tecido económico das regiões atingidas. Trata-se de uma dupla discriminação das regiões do interior.

No momento em que tanto se apela às medidas para o interior do país, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova considera que há muito que esta questão deve ser revista, sendo que a redução de quinze por cento do valor das portagens implementadas nas ex-SCUT revelou-se insuficiente. A garantia da acessibilidade e mobilidade das populações mas também de mercadorias, o apoio ao desenvolvimento regional, exige a eliminação das portagens nestas vias.

Salientamos ainda que quando se verificam necessidades de obras nas estradas nacionais, a alternativa viável é a A23 sem que isso tenha sido até hoje resolvido, face aos custos que implicam para os utilizadores e que urge, igualmente, uma resposta aos municípios e aos utilizadores.

A introdução de portagens nas A23 e A25 continua a merecer um generalizado repúdio por parte das populações, autarquias e associações empresariais afetadas.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova reunida a 29 de dezembro de 2017 reafirma:

- A exigência da abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da A23 e da A25.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

- A necessária resposta, sempre que se verifiquem obras nas estradas alternativas sem custos para os utilizadores, até à abolição de portagens.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Manuel Monteiro que disse que “ o ano de 2017 ficará para sempre marcado na nossa memória histórica como o ano negro em relação aos incêndios florestais. A nível nacional tivemos mais de treze mil ocorrências, correspondendo a quatrocentos e quarenta e dois mil hectares ardidos. Relativamente a nível distrital poderemos referir que os números são igualmente preocupantes registando-se dos setenta e um incêndios e trezentos e noventa e nove fogachos mais de cinquenta e dois mil hectares ardidos. Estes resultados tornaram o presente ano como o ano mais severo dos últimos quinze anos.

Para adensar ainda mais este flagelo temos a lamentar as mais de cem vítimas em consequência dos incêndios florestais o que torna o ano de 2017 o pior ano da nossa história relativamente à temática dos incêndios florestais.

Apesar desta aparente acalmia até houve quem dissesse que Idanha tinha tido sorte pois não passou por situações mais gravosas como o concelho de Castelo Branco. Poderemos dizer que a sorte dá muito trabalho e aqui será de enaltecer a atitude do executivo que sempre mostrou grande sensibilidade nesta temática, pois para além da disponibilidade mostrada durante a época de incêndios nos dias de maior perigosidade com o reforço de número de equipas de vigilância com equipas do exército, investe todos os anos avultada quantia em defesa da floresta contra incêndios para além do apoio à atividade dos bombeiros. Prepara-se ainda a câmara municipal para reforçar o serviço de proteção municipal de proteção civil com quinze elementos conforme consta da proposta de orçamento para 2018.

Voltando novamente ao início da minha intervenção pretendo referir que a dimensão calamitosa e descontrolada dos incêndios é o resultado de muitas variáveis, mas a mais visível é o abandono e consequentemente a falta de intervenção humana na gestão do território, resultando no colapso do sistema agroflorestal tradicional dando aqui como exemplo, as áreas agrícolas funcionavam como corta fogos e quando abandonadas funcionam como rastilho, uma vez que devido à sua fertilidade levam ao exponencial crescimento da vegetação o que traduz no aumento da carga combustível. As galerias ripícolas que funcionam como corta fogos, quando abandonadas funcionam como áreas propensas ao incremento da velocidade de propagação dos incêndios. Em anos como 2003, 2005, 2012, 2016 e 2017 dá-nos conta da ocorrência de incêndios catastróficos em que se conjugaram vários fatores, nomeadamente a acumulação de carga combustível não gerida em condições climáticas extremas.

É ainda importante não tratar a questão dos incêndios com numa visão individualista muito exclusiva em que cada um defende a sua própria opinião e não consegue, ou não quer, as opiniões dos outros devendo ser aproveitado tudo o que é positivo, vinde ele de onde vier.

Aqui chegados afigura-se-nos ser importante, de importância primordial, colocar a seguinte questão, qual a entidade que deve atuar, as ZIF,s ou outras que estão relacionadas com o antes e aqui referimos a insuficiente cooperação entre as entidades privadas e públicas com responsabilidade direta na gestão de espaços florestais. Todavia nos incêndios não se pode fugir da sua relevância, ou seja, é muito mais importante onde se intervém do que quem intervém. Poderemos ainda referir as variáveis determinantes da ocorrência e dimensão dos incêndios rurais como a orografia, o clima, o incendiário, a negligência e a carga combustível, encaixando-se as duas primeiras na categoria de variáveis imutáveis, ou seja, aquelas que não poderemos alterar, o incendiário e a negligência estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

ligadas ao fator humano onde podemos e deveremos atuar, finalmente a carga combustível que é a variável com influência direta na propagação dos incêndios terá que ser na que mais podemos intervir e controlar, é por outro lado a que mais se agravou nos últimos anos. Por outro lado a perigosidade do território está evoluir a um ritmo superior ao do sistema de combate e ainda mais relativamente à prevenção. Por muito que se tenha diminuído o número e percentagem dos incêndios que se escapam ao controlo dos meios de combate, são recorrentemente queimadas vastas áreas que ultrapassam claramente os limiares da sustentabilidade económica, social e ambiental do território.

Perante esta realidade tudo aponta para que a aposta tenha que ser feita no acréscimo da prevenção estrutural articulada com a reativação rural. O subinvestimento acumulado neste pilar da defesa da floresta contra incêndios é hoje fator limitante e o elo mais fraco do processo de defesa contra incêndios e é aí que se têm de focar as atenções e reforçar o investimento da forma mais eficiente possível, dada a escassez de recursos disponíveis.

Embora se trate de um assunto de génese rural a dimensão catastrófica dos incêndios rurais extravasa em muito a esfera da economia local, ameaçando muitas outras vertentes de dimensão nacional. De qualquer forma quem sofre primeiro esta evolução são as populações locais e as autarquias, já não tanto os proprietários ausentes, cada vez menos dependentes das suas terras sendo por isso uma questão com uma dimensão autárquica nova. Assim sendo e mesmo sem ser opção e não fazendo parte das competências normais das autarquias, são muitas vezes, por exclusão de partes, os únicos autores com capacidade de realizar intervenções com escala relevante, que possam estancar processos de abandono e lançar as bases para reativação da intervenção humana de forma a quebrar bloqueios estruturais cujo limite à iniciativa de ação, o investimento e o empreendedorismo local.

Para que tudo isto funcione é essencial que todo o processo de concertação, programação e regulamentação de afetação de recursos e medidas adaptadas à realidade do terreno, aconteça a participação direta das autarquias, pois a intervenção do estado, quer a nível nacional quer a nível local, fará sempre parte da solução.

Refiro ainda que sendo as autarquias com maior cobertura nacional, mesmo nos locais mais problemáticos e uma das entidades mais próximas e com especial aptidão para trabalhar e conhecer a população local, são também das principais prejudicadas pela ocorrência dos incêndios.

Sabendo que o senhor Presidente da Câmara é sensível a esta temática e uma vez que a pior época de incêndios já passou, estamos na preparação da nova época e parafraseando o Presidente da Comissão Europeia, há que aproveitar os dias de sol para concertar o telhado. Considero que esta será a altura ideal para junto das entidades nacionais se fazer sentir esta necessidade.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado José Claro que disse que “estamos ainda a festejar o Natal e o novo ano se avizinha, mas como diz o velho ditado “novo ano vida nova”, mas todos temos que olhar para o ano que agora termina e pensarmos o que devemos e queremos fazer no novo ano. Todos nós queremos mais e melhor, que assim seja. O ano de 2017 trouxe quase de tudo um pouco e como diz o senhor Presidente da República muita tristeza com este flagelo dos incêndios, foi demais para ser verdade, todo o país ficou chocado, todo o país se interroga como é que isto aconteceu, mas o certo é que aconteceu. Agora é altura de construir, reconstruir, alojar e apoiar e é isso que o governo tem vindo a fazer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

O senhor Presidente da República acredita na reconstrução, nós acreditamos, o governo acredita e faz, mas infelizmente ainda há muita boa gente que não só não acredita como não faz nem ajuda a construir ou a reconstruir. De alguns quadrantes políticos, não só o PSD, mas muito mais o CDS não confiam no atual governo nem no próprio Presidente da República. Dizem que tudo está mal, que nada foi feito, mas as populações afetadas sabem bem que não é assim. Essas pessoas falam só por falar, melhor seria estarem calados porque estando calados ainda ganhariam alguns pontos, assim não, levam derrotas, umas em cima das outras como foi o caso das últimas eleições autárquicas

Mas o ano que agora termina também trouxe coisas boas em termos políticos e económicos, o desemprego baixou, os salários em atraso diminuíram, o ordenado mínimo nacional também vai ser aumentado, trouxe mais sossego às famílias, paz social e bem-estar aos portugueses. É visível no rosto de cada um e há hoje um clima de confiança e estabilidade política que há muito não se via em Portugal. Tudo isto graças às políticas seguidas pelo atual governo liderado por António Costa. Há por aí alguns que lhe chamam de geringonça mas não me importa do nome ou dos nomes que queiram apelidar esta maioria, eu gosto é de ver o nosso país no bom caminho, caminhando sempre em frente com reconhecimento nacional e internacional até pelas agências de rating

Hoje o partido socialista tem nos seus quadros o melhor de que existe em Portugal e não foi por acaso que vieram buscar o nosso ministro das finanças para Presidente do Euro grupo. O senhor Presidente da República diz que o país está no bom caminho e é bom sinal e viu-se agora na apresentação do orçamento do estado que fez apenas uns pequenos reparos e só os fez para saberem que o presidente está atento. Marcelo nunca foi o meu preferido mas tenho que reconhecer que está à altura dos acontecimentos. Ele também tem sido um garante da estabilidade política, direi mesmo, um pilar forte, este presidente dos afetos dorme pouco, está deveras ligado ao país real noite e dia, oxalá que ele tenha as melhoras da intervenção cirúrgica a que ontem foi submetido.

Em termos concelhios um agradecimento à câmara municipal de Idanha-a-Nova pela forma como se desdobraram nesta quadra natalícia. Foi o senhor Presidente, foi a senhora Vice-Presidente, foram os vereadores e como todas as freguesias queriam ter um representante da câmara municipal e todos eles disseram presente, é de louvar esta disponibilidade. É bom sabermos que somos desejados, é sinal que gostam de nós, mas também tenho a certeza que as populações do nosso concelho esperam muito deste executivo.

Senhor Presidente da Câmara Municipal esteja ainda mais atento porque o concelho espera muito de si e espera muito de todos nós. Um agradecimento especial à União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo pela forma como organizou o almoço de Natal no pavilhão do bodo com cerca de duzentas e cinquenta pessoas de todos os escalões etários e de todas as correntes políticas. Também tive conhecimento pela imprensa regional que na freguesia de Toulões realizou um convívio nos mesmos moldes revertendo o produto dessa refeição para os bombeiros voluntários de Idanha-a-Nova. São gestos destes que merecem todo o nosso apoio.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ relativamente à utilização dos herbicidas obviamente enquanto câmara municipal essa é uma orientação que nos nossos serviços demos, a não utilização do glifosato, que de facto é um herbicida produzida pela Monsanto que é hoje quem domina o mundo em termos químicos na produção de sementes e em Portugal atendendo à nossa diversidade genética é um dos países do mundo onde é mais utilizado e também foi feito, há pouco tempo, um estudo que demonstra que nós temos no nosso sangue a maior quantidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

de glifosato que existe a nível da Europa e do mundo, porque a utilização deste produto acaba por vir pela cadeia alimentar até nós e isso traz-nos grandes incidências de problemas de saúde na área dos cancros, de demências e de outros problemas, portanto fico muito satisfeito que tenha sido um senhor Presidente de Junta de Freguesia que tenha colocado aqui este assunto, o que demonstra que o município de Idanha se preocupa com as questões do ambiente e da saúde e de uma forma diferenciadora aposta em atividades onde nós poderemos fazer muito diferente e tem sido esta a nossa estratégia. Portanto fico muito satisfeito pela sua sensibilidade ao ter trazido aqui este assunto. Há diferentes formas de lidar depois com este problema que todos os anos aflige os senhores presidentes de junta e a câmara municipal, e nós entendemos do muito que fomos procurando soluções para o problema e há três formas de podermos resolver o assunto mas é só em conjunto que o poderemos resolver, mais meios humanos para lidar com isto, e isso também já o deputado Manuel Monteiro aqui foi falando, a câmara no próximo ano e está em orçamento o aumento do quadro de pessoal, atendendo também à política que o governo quer fazer do controlo vegetativo e de combustível em territórios do mundo rural e portanto nós nessa área investimos muito significativamente e temos na proposta de orçamento cerca de oitocentos mil euros de investimento nessa área e portanto mais meios humanos para podermos fazer maior controlo. Também alguns aspetos de inovação tecnológica que é possível, a máquina que a senhora deputada referiu não tem tido grandes resultados e nem é muito aconselhável a sua utilização, mas há um produto químico utilizado, e que nós já fizemos aqui experiências, que não é de síntese e portanto não causa os problemas ambientais e de saúde que causa o glifosato, que pode também ser utilizado e ainda métodos, que há tempos falámos que é a utilização do sal e não é generalizar a utilização do sal, mas em algumas partes pode ser utilizado.

A verdade é que estamos a falar de plantas, e como vivemos num mundo rural, elas fazem parte da natureza, se é verdade que nas nossas áreas urbanas queremos fazer um controlo para termos as nossa aldeias e vilas bonitas, também é verdade que a junção destes fatores é que fará a substituição do glifosato.

Relativamente ao estudo sobre o mundo rural muito brevemente estará disponível na internet para que todos o possam consultar e perante o estudo e a apresentação que foi feita entendemos que estão ali medidas importantes para o desenvolvimento do concelho e o mundo rural ser olhado de uma forma positiva e fico muito satisfeito que a senhora deputada Maria de Lurdes que esteve presente na apresentação do estudo na Casa do Concelho em Lisboa que é a nossa casa em Lisboa e que esteve cheia e que trouxe bastantes resultados. Nessa perspetiva propusemos já a criação do Instituto do Mundo Rural e que fique sediado em Idanha, que será uma entidade não só para refletir sobre estas matérias mas para acompanhar muito de perto as medidas que são propostas neste estudo do professor Augusto Mateus para que elas possam ser aplicadas.

A abolição de portagens na A23 e A25 obviamente que tem sido a nossa luta para que elas possam ou uma redução muito significativa e do que foi dito só gostaria aqui de referenciar que nas festas de Natal todo o executivo esteve empenhado em visitar todos os lugares do concelho em festas e jantares de solidariedade, algo que caracteriza o nosso país numa altura muito sensível e o nosso concelho de uma forma muito particular. Quero também aqui agradecer o papel que a Junta de Freguesia de Toulões também teve com um jantar de Natal, que é habitual mas que desta vez fizeram uma recolha de fundos através do pagamento da refeição e a totalidade dessa receita foi entregue aos bombeiros voluntários de Idanha-a-Nova.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim que apresentou a seguinte moção:

“O Município de Idanha-a-Nova rege-se pela prática de boas práticas ambientais que defendam a saúde das populações e promovam o seu bem-estar.

Neste sentido propomos que seja banido do concelho a utilização do herbicida denominado glifosato amplamente conhecido como potencialmente cancerígeno e indutor de malformações.

Deste modo, dá esta Assembleia Municipal um sinal claro à comunidade de Idanha-a-Nova dos cuidados que deverá ter com a utilização de produtos potencialmente perigosos promovendo a sua discussão e análise contribuindo para um concelho verde onde valha a pena construir o futuro.”

Esta moção tem sobretudo um valor simbólico, esta moção ao ser aprovada, e gostaria que fosse aprovada por todos, daria um sinal à comunidade que é preciso iniciar uma discussão criteriosa sobre a utilização destes produtos. Sei que a câmara municipal não tem poder para dizer à empresa A, B ou C utilizem este produto ou não utilizem, mas ao tomar uma posição destas, estamos a dizer, atenção há produtos perigosos, há produtos que necessitam de ser criteriosamente analisados, vamos tentar encontrar novas soluções, porque há uma coisa que tenho que dizer, nós não podemos aplicar e depois dizer que não aplicamos, nós não podemos não aplicar não dizendo nada e nós temos que dizer claramente às populações que a utilização de herbicidas sendo potencialmente perigosa tem uma vantagem, os caminhos estão limpos de ervas mas se não utilizarmos herbicidas temos que dizer que não utilizamos porque em contrapartida também vai acontecer porque vamos ter os caminhos menos limpos, mas as populações têm que saber porquê, se as populações não souberem que nós não estamos a utilizar e que os seus caminhos têm mais erva, mas elas estão mais defendidas, talvez se consiga iniciar aqui um processo quase educacional nas questões do ambiente, iria dizer às populações pois nós não estamos a utilizar herbicidas mas a contrapartida é menor serviço por parte da junta ou da câmara, se calhar cada um de nós vai ter que se preocupar mais com o seu cantinho, com a sua rua, se calhar não podemos ficar comodamente sentados na nossa cadeirinha enquanto dizemos a junta de freguesia ou a câmara ou quem quer que seja tem que fazer o trabalho por mim. Agora o que não posso é ter tudo, não posso deixar de utilizar herbicida e ter tudo como se utilizasse herbicida e aí as pessoas têm que ter consciência disso. Portanto o que eu pretendo aqui é iniciar uma discussão, é lançar esta questão, é ir ao encontro de uma preocupação que a câmara sempre tem e portanto de alguma forma trazer para esta discussão todas as entidades que for possível agregar.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Gonçalo Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Ladoeiro que disse que “quando esta moção foi apresentada houve um pequeno sururu entre os presidentes de junta de freguesia visto que as opiniões divergem e bastante em relação à utilização do glifosato, se por um lado a sua utilização é legal, e pode ser aplicado pelo menos durante mais três anos, a realidade é que não existe nenhuma solução alternativa ao não uso do glifosato, a monda térmica está visto que não funciona, a salmoura acabou por alguma razão, o corte é uma solução boa só que há freguesias em que é preciso cortar uma vez por ano e outras, como é o caso do Ladoeiro que tem muita agricultura e regadio onde é preciso cortar duas ou três vezes por ano, e como dizia no início depois da troca de impressões entre os presidentes de junta o nosso sentido, e confiando nas palavras do senhor Presidente da Câmara que haverá mais mão-de-obra para colmatar esse problema, porque ao contrario do que diz o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

Presidente de Junta de Medelim, se os matos não forem cortados a mim vão até à porta de certeza absoluta e a justificação que eu der é que ele deve estar cortado, as pessoas não querem saber porque razão é que o mato lá está, querem é que o mato seja cortado, não aceitam outra solução e por essa razão irei abster-me na votação da moção.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ nós somos absolutamente contra o uso do glifosato não só pelas questões da saúde e evidentemente que entra na cadeia alimentar, e acho que já temos cancros a mais quanto mais cinco anos que devemos suportar a sua utilização. Compreendo perfeitamente as palavras do senhor deputado Paulo Batista no que diz respeito à moção dado que a palavra proibir seja um pouco forte, porque a câmara não tem força legal para proibir e aquilo que é proibido, depois pode ser o mais apetecido, pelo que sugiro que se substitua a palavra proibir por aconselhar as pessoas a não usar o herbicida.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “apenas falando sobre a moção que neste momento estamos a falar, a moção deverá ter um efeito moralizador, preocupa-me mais a forma como ela será difundida do que propriamente o resto, é ape nas moralizador. O senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ladoeiro veio aqui, e bem, falar na extensão que efetivamente existe cuja única forma que há de controlar efetivamente, uma vez que o glifosato tem não só um efeito de contato, mas também sistémico, é através da utilização deste produto, portanto cria-se aqui uma dúvida legítima nele, portanto eu gostaria que a moção aconselhasse e portanto tendesse a diminuir a aplicação, mas não pode ser absolutamente restritiva porque também esta assembleia não tem autoridade sobre os privados e sobre a sua aplicação mas na contratação de entidades que o venham fazer poderá, naturalmente, ser banida tentando encontrar alternativas.

Nesse sentido e porque é moralizador ambientalmente parece-me correto que votemos favoravelmente a moção.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia disse que “ eu também penso que o sentido é esse e obviamente a Assembleia Municipal não tem poderes para proibir o que quer que seja, mas esta moção, tanto quanto eu a entendi do subscritor e parece que isso seja consensual, vai no sentido da moralização e do alerta.”

Seguidamente deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ como disse inicialmente, obviamente nós não temos capacidade de proibir ninguém de fazer o que quer que seja e tendo a Bayer conseguido que a nível europeu se prolongue por mais cinco anos o uso deste herbicida mas nada poderemos fazer contra esse facto. Recordo que no século vinte o DDT também esteve muito tempo em utilização até ser banido e também percebo a preocupação do senhor Presidente de Junta de Freguesia do Ladoeiro mas há diferentes aspetos a ter aqui em conta, e foi aquilo que eu disse, os colaboradores da câmara municipal não vão utilizar glifosato no tratamento dos infestantes mas não somos nós que vamos proibir as juntas de freguesia de o utilizar, mas no entanto é necessário perceber que há diferentes áreas e diferentes aspetos para substituir o glifosato, mais controlo humano, outros produtos químicos que sendo mais caros têm efeitos positivos, a sensibilização da opinião pública, porque é como se disse antes quem é que limpava o concelho de Idanha, eram as pessoas e cada um limpava o seu cantinho. É evidente que sabemos que temos menos gente no concelho, mas o termos menos gente não quer dizer que estejamos sem gente e portanto sensibilizar as pessoas também para estas matérias e para as matérias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

de que podem e devem contribuir e é do trabalho conjunto que fazemos isto e também quando encontrarem em alguns locais mais ervas perceberem que há de facto uma atuação positiva relativamente a isso. A verdade é que se nós pensarmos no curto prazo estamos preocupados em como limpar a rua, mas se pensarmos no médio e longo prazo estamos a pensar como é que o concelho de Idanha consegue ser diferenciador a fazer atividade completamente diferente e isto tem sido a nossa marca a nível nacional e internacional. Não é por acaso que temos cá investimentos alemães, suíços e temos muita gente a vir, porque estamos a dar uma imagem muito positiva neste âmbito e ao fazermos isto e a assembleia ter proposto isto, e reparem a câmara municipal já disse que o ia fazer, mas serem os senhores presidentes de junta a proporem isto dou os parabéns e independentemente do voto de cada um quiser fazer, porque são livres nas suas decisões, é absolutamente positivo. Alguns dos investidores que aqui temos e que já investiram muitos milhões de euros, a primeira coisa que me vieram perguntar era de qual era a nossa opinião sobre a questão do glifosato e qual era a nossa opinião sobre a energia nuclear nomeadamente Almaraz e o facto de termos dito que eramos contra e que estávamos a desenvolver medidas contra, foi determinante para termos cá investidores. Portanto se os senhores quiserem nas vossas juntas de freguesia também ter pessoas que vêm com esta sensibilidade para lá estar, vai ser muito importante o papel que tiverem nisto, mas obviamente a câmara está aqui disponível para com as juntas de freguesia encontrar soluções em conjunto para podermos minorar isto e esta é a nossa posição.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse que iria submeter para votação a moção sobre a utilização do glifosato, mas que antecipadamente queria fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara que a moção e o resultado da votação sejam publicados no jornal Raiano e num outro de nível regional à escolha do executivo. De seguida foi submetida a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: sete, de Presidentes de Junta de Freguesia

Votos a favor: vinte.

Em face deste resultado a moção foi aprovada por MAIORIA de votos a favor.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a moção apresentada pela CDU sobre o tema “Pela eliminação das portagens na A23 e A25” tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três, dos representantes do PSD;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a moção foi aprovada por MAIORIA de votos a favor.

Terminada a votação, o senhor Presidente da Assembleia disse estar encerrado o período antes da ordem do dia, pelo que se passou de imediato à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017**

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO

MUNICÍPIO — O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ queria brevemente referir-me à intervenção do senhor deputado José Claro que falou em eleições, mas nas últimas legislativas quem as ganhou foi uma coligação do PSD e CDS, não sei se o senhor está recordado e depois foi feito um acordo para que fossem outros a governar, o que é perfeitamente legal, mas quando o senhor fala em ganhar e vencer temos que ressaltar esta situação, penso que percebeu estas palavras mas temos que ser minimamente fiéis à verdade. Depois também falou da atual situação económica do país e a atual situação económica é um reflexo daquela governação difícil que foi feita pelo governo da coligação PSD/CDS que foi obrigado a fazê-la assim porque anteriormente esteve lá um outro governo, que não era desta coligação, que levou o país a uma situação de pré bancarrota e portanto por força do esforço dos portugueses e sob a orientação desse governo que chamou a si a capacidade para que agora haja uma situação económica, que esperemos não venha a descambar novamente, mas podemos neste momento estar contentes com a atual situação. Portanto há que atribuir responsabilidades a quem as tem e não esquecer também quem teve a responsabilidade de nos por na situação difícil em que estivemos.

Posto isto e com a benevolência do senhor Presidente queria só chamar a atenção para uma coisa que no governo anterior e por força, provavelmente de algum tipo de organização diferente a aprovação de projetos era mais célere e normalmente mexia-se um pouco melhor e hoje em dia aquilo que oigo é dizer que há mais morosidade na aplicação da execução desses mesmos projetos de candidaturas e das resoluções, razão pela qual havendo possibilidade deveria também a câmara municipal, já que é um governo do Partido Socialista e é um ministro do Partido Socialista, tentar, na medida do possível e à semelhança daquilo que eu sempre fiz quando era um governo da minha área política, tentar interceder para que sejam mais céleres na decisão desses mesmos projetos.

Quanto à informação, senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu mais uma vez volto a chamar-lhe a atenção para quando a câmara municipal tem responsabilidade na organização e no apoio técnico das iniciativas, seria de bom-tom que os membros desta Assembleia fossem convidados para estarem presentes. Há alguns dias atrás fui contactado telefonicamente, e admito que como eu não tenho mail para me ser mandado os convites o contato telefónico é possível, perguntaram-me no dia anterior se eu iria a um evento no dia seguinte. Como não tinha sido convidado porque não recebi convite nenhum eu não sabia sequer que iria decorrer o evento e eu não pude ir, com muita pena minha, aonde já estive no passado que tem a ver com as fronteiras aquele encontro que se faz anualmente, mas também teria todo o gosto em participar em alguns eventos, nomeadamente até na ida à casa do concelho que muito gostaria de visitar e principalmente para ouvir a apresentação destas soluções que serão naturalmente uma ideia e apresentado pelo professor Augusto Mateus.

Quanto aquilo que vem aqui gostaria de saber o que é que é o projeto piloto de intervenção comunitária na freguesia de Oledo protocolado com a Junta de Freguesia de Oledo e também gostava de saber em que é que consiste a gestão do plano de acolhimento para refugiados protocolado com o conselho português para os refugiados.

Estamos relativamente à situação financeira e apenas queria comentar com os senhores e estamos a reportar-nos a 12 de dezembro e o montante total de pedidos de pagamento efetuados e ainda não recebidos pelo Município de Idanha-a-Nova a essa data supera um milhão de euros pelo que é um pouco preocupante, se porventura estes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

dinheiros não forem recebidos naturalmente que o rácio entre despesa de capital e despesa corrente altera-se significativamente e portanto temos que estar atentos também a esta engenharia financeira que aqui está para justificar estas situações. Uma outra coisa que me preocupa é o prazo médio de pagamentos que antigamente andava na ordem dos trinta dias e já vamos nos quarenta e três dias, pelo que gostava de saber qual a razão.

Temos aqui a execução da receita corrente apenas com oitenta e sete por cento e gostava de saber se as tranches que vêm do poder central se são em tranches mensais, bimensais ou trimestrais. O nível de execução da despesa de capital é muito baixo à data e que se cifra em quarenta e quatro por cento, não chegando sequer aos cinquenta por cento, ou seja aquilo que o município deveria estar a investir não chega a cinquenta por cento daquilo que se propôs investir. O plano plurianual de investimentos naturalmente também se recente com trinta por cento apenas, é claro que depois as atividades mais relevantes com setenta e oito por cento advindo daí uma determinada compensação e o saldo de tesouraria a esta era de quatrocentos trinta e três mil euros, se não vier um reforço para isto até ao final do ano os salários esgotam praticamente o saldo de tesouraria existente.

Há aqui uma coisa que eu não consegui perceber e provavelmente o erro é meu porque não soube ler, na aquisição de gasóleo rodoviário a granel para o Município de Idanha-a-Nova por um período de dois anos estão previstos duzentos e sete mil euros, penso que isto é por ano e não para os dois anos pelo que solícitos nos devidos esclarecimentos uma vez que em orçamento isto é o que está previsto adquirir por ano.

A assessoria técnica especializada para apoio à contratação de serviços de comunicações no âmbito do código dos contratos públicos penso ser uma adaptação por força de uma imposição do estado e se não for assim solicito o devido esclarecimento.

Senhor Presidente, tenho aqui um problema que eu não percebo para que é isto, pois temos aqui a elaboração dos projetos de execução para a ampliação do cemitério de Oleado e construção de novos espaços para gavetões e há aqui uma empresa que vai cobrar vinte e sete mil duzentos e cinquenta euros. Eu acho que a câmara tem técnicos que seriam capazes de desenvolver este projeto, até porque existe um gabinete de arquitetura na câmara que poderia naturalmente suprir esta necessidade. Temos que ir contratar fora? Temos depois uma verba para pavimentação de arruamentos nas diversas localidades do concelho, senhor Presidente a primeira parte do documento é extensa e variável e se fosse possível em situações futuras se pudesse vir esta rubrica mais especificada seria mais elucidativa para nós e evitaríamos estar aqui com estas perguntas.

Quanto ao corte de árvores que é aqui enunciado pelo Gabinete Municipal de Proteção Civil, muito do material lenhoso que é cortado às árvores fica depois lá, não é retirado nem triturado ou queimado e portanto torna-se combustível pelo que é uma situação para a qual eu chamo a atenção e porque aqui vem referida.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “ em relação à atividade da câmara há três atividades que aconteceram em novembro e dezembro que merecem uma referência, a primeira é que no seguimento do Web Summit em Lisboa, a Câmara Municipal de I. Nova e a B G I (Building Global Inovators) aceleradora de Startups de base tecnológica, levaram, de 10 a 12 de Novembro último, até I. Nova, pela 2ª vez, o evento anual I- Food Lab (primeira aceleradora de empresas da Península Ibérica para a economia verde) e, 70 investidores, empresários e startups, especialistas em economia verde, que viajaram de comboio de Lisboa para I .Nova



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

(Com interposto em Castelo Branco). A experiência da B G I já está a dar resultados no concelho, os projetos acompanhados, vão, desde, a monitorização tecnológica das culturas, à utilização de sensores para avaliar as necessidades de rega, mecanização de uma padaria tradicional e biológica entre outros. Estiveram presentes nesta atividade o Ministro do ambiente que disse, e passo a citar:

Idanha tem vindo a afirmar o seu território enquanto laboratório vivo para a economia circular. E a Senhora Secretária de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior disse, e passo a citar:

Idanha é um marco na aposta que Portugal tem de fazer no mundo rural e na agricultura. Estas citações são reveladoras, da importância que hoje é reconhecida à Camara Municipal de Idanha – A – Nova.

Parabéns à Câmara Municipal de Idanha-a-Nova na pessoa do sr. Presidente e seus colaboradores, por esta atividade que é reconhecida a nível nacional e internacional.

A segunda atividade refere-se ao 6º Festival Fora do Lugar – Festival Internacional de Músicas Antigas, que teve lugar no Concelho de I. Nova, de 24 a 9 de Dezembro últimos, presentemente, é um dos projetos culturais mais relevante na área da música no nosso concelho com uma apresentação inovadora decorrente dos conceitos de erudito popular e antigo/ contemporâneo.

A par da programação principal dos vários concertos de alta qualidade, quero referir as atividades que decorreram entre os concertos nas diferentes freguesias do concelho, desenvolvendo atividades, nas áreas da natureza, do desenho, programas educativos, Workshops, gastronomia entre outras.

Mias uma vez assistimos a um conjunto de atividades na área da música, que fizeram deslocar muita gente ao concelho, para assistirem aos concertos e que todos eles esgotaram.

Muitos participantes elogiaram o Fora do Lugar e afirmaram que marcarão presença no próximo ano, porque assistiram a concertos de alto nível.

Mais uma grande afirmação para o Concelho de IDANHA A NOVA, CITY OF MUSIC.

E por último mais uma atividade de renome.

No passado dia 13 do corrente; na Casa do Concelho de I. Nova, em Lisboa, assisti á apresentação de um estudo sobre o mundo rural, coordenado pelo Prof. Augusto Mateus e realizado a pedido da Camara Municipal de Idanha A Nova e da Federação Portuguesa de Turismo Rural em colaboração com a Naturtejo e Associação Nacional de Municípios Portugueses, com o seguinte título: “O Mundo Rural e o Desenvolvimento Económico e Social de Portugal.

Assistiram a esta apresentação o Ministro-adjunto do Primeiro-ministro, Pedro Siza Vieira, a Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Célia Ramos, Secretário de Estado das florestas, Miguel Freitas, Comendador Joaquim Morão, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Armindo Jacinto, Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, João Dionísio, presidentes de Câmara e demais entidades presentes que encheram por completo o salão da casa do concelho de Idanha-A-Nova, em Lisboa.

É um estudo inédito em Portugal, que identifica a realidade atual do País, formado por zonas urbanas e rurais. O Prof. Augusto Mateus apresentou este estudo sob o lema “Mundo Rural Porque Sim” e lança uma nova prospetiva sobre estes territórios e um instrumento para a construção de uma sociedade que saiba valorizar nos seus ativos a ruralidade, uma parte muito significativa do País e com grande potencial. O coordenador do estudo destacou uma nota com as quatro alavancas para a mudança do mundo rural que passo a citar:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 3 DE 29-12-2017

- Identidade e recursos endógenos, com o objetivo de povoar e atrair pessoas, criando riqueza para mercados e procuras mais vastas a todos os níveis (local, Regional, Nacional, Ibérico, Europeu Mundial.
- Inovação e produção para criar riqueza e atrair empresas e investimento.
- Mobilização para o Turismo, a cultura e o Património, para valorizar uma internacionalização com base na resposta às procuras de consumo centradas na cultura e no património.
- Aposta na sustentabilidade ambiental, para explorar e desenvolver o capital natural, os novos serviços públicos e ambientais e os novos paradigmas do desenvolvimento sustentável. Este estudo muito elogiado pelos membros do Governo presentes, que salientaram a sua importância para o mundo rural e para o País no seu todo, aponta também para a criação de um Instituto do Mundo Rural. Senhor presidente da Camara, estou satisfeito e felicito-o por ter tomado a iniciativa pública de criar em Idanha-A-Nova o referido Instituto. Está mais uma vez, atento às oportunidades que surgem para desenvolver o concelho. Estou certo que com o seu dinamismo e persistência a carruagem já deve estar em andamento e será uma prenda certamente significativa para os Idanhenses em 2018.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhores membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na apresentação do estudo do professor Augusto Mateus acerca do Mundo Rural obrigado pelas vossas explicações e eu fui convidada por e-mail e não pude estar presente por motivos profissionais e porque acima de tudo a apresentação desse estudo era em Lisboa. Fala-se de mundo rural, uma palavra simpática e nova, para se falar na província, a mim agrada-me muito o termo província, só não me agrada quando os senhores da capital dizem “você aí da província têm isto ou têm aquilo” ou “vou lá para a província”, que maçada vir para a província. Não nos podemos esquecer das palavras do senhor Presidente da República quando disse que “o País está desertificado, é preciso apoiar as populações do interior”, as populações deste mundo rural que tão simpaticamente falamos e que verdadeiramente somos todos nós. Então eu pergunto-me, porquê ir ouvir e perceber as doudas palavras de um professor universitário tão reputado como o professor Augusto Mateus na capital, então que sentido faz isto? Para chamar à atenção dos doutos lisboetas e dos doutos ministros da capital para uma nova realidade aqui do interior, ou para a velha realidade do interior que está cada vez mais abandonado? Aliás, eu à pouco ouvia algumas vozes lá atrás a dizer quando se exultava a que as populações também contribuam para a limpeza das ruas e caminhos, e compreendo muito bem esta intenção, mas que pessoas, vou pedir à minha avó que tem noventa anos, para limpar as bermas dos caminhos, é um pouco difícil porque pessoas com alguma idade existem mas pessoas com capacidade física para essas funções vai havendo cada vez menos.

Voltando ao meu tema principal, gostaria muito que houvesse uma apresentação aqui nesta Assembleia Municipal porque é o palco também nós ouvirmos essas propostas, numa sessão ordinária ou extraordinária ou num evento divulgado a toda a população do concelho de Idanha-a-Nova, para apresentação desse estudo, e para além da apresentação desse estudo que nos pode ser enviada, com certeza que há um documento escrito que o professor Augusto Mateus apresentou esse documento escrito e não só uma mera apresentação, gostaria muito que fosse distribuída a todos nós membros desta assembleia ou apresentado aqui numa sessão e acima de tudo, senhor Presidente, gostaria muito que nos próximos anos do seu mandato, de ver concretizados, então as orientações e postas em prática as orientações que saem deste estudo, e que essas orientações e medidas muito concretas nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

viesses com números muito concretos nos viessem aqui sendo divulgadas por iniciativa da câmara e que não deixássemos cair palavras, que não deixássemos cair estudos, mas gostaria muito de ver ao longo do próximo ano as medidas concretas que vão sendo aplicadas em resultado das orientações que estão propagadas nesse estudo. Quanto ao mais, senhor Presidente, espero que as próximas medidas, e sei que têm sido aqui divulgadas no concelho de Idanha-a-Nova e realizadas no concelho, mas uma medida desta envergadura para a publicidade do mundo rural para fomentar o mundo rural deve ser então no mundo rural, fazendo como o senhor Presidente da República fez vir diretamente às populações no mundo rural, no nosso interior e neste concelho, concretamente dizendo.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia disse querer deixar duas notas acerca deste ponto da ordem de trabalhos. Não foi benevolência nenhuma da minha parte ter dado a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista no período da ordem do dia, as considerações políticas quer fez, podê-las-ia ter feito no período antes da ordem do dia, mas não foi benevolência nenhuma da minha parte.

Queria também deixar duas ou três notas relativas ao documento que muitas vezes é extenso, mas também muitas vezes pode não se ler, mas concretamente no que cá está e logo na primeira página, mas no entanto queria deixar aqui duas ou três notas que se prendem com o seguinte, participamos no congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses em representação da Assembleia Municipal e sobre as conclusões desse congresso falaremos certamente na próxima sessão da assembleia.

Queria também deixar uma nota sobre a apresentação deste estudo do mundo rural que foi feita, quanto a mim, em boa hora pela Câmara Municipal na Casa do Concelho de Idanha-a-Nova em Lisboa. Desde já deixo aqui uma palavra de agradecimento pública à direção da Casa do Concelho, que como todas as organizações pode ter algumas dificuldades nomeadamente quanto à constituição dos órgãos sociais, hoje na Casa do Concelho de Idanha-a-Nova, que muitos dos presentes conhecem, já não terá aquela pujança que tinha quando foi constituída, mas pela persistência de muitos dos naturais do concelho de Idanha vai tendo as portas abertas, tem uma função social e está situada em plena Avenida da Liberdade em Lisboa. E digo que em boa hora o senhor Presidente da Câmara resolveu fazer esta apresentação, pode parecer um pouco anacrónico fazer uma apresentação do estudo sobre o mundo rural na cidade de Lisboa, mas o senhor Presidente da Câmara terá a justificação para este ato.

Estivemos presentes em representação da Assembleia Municipal, eu próprio, os senhores deputados Mário Pissarra, Alberto Umbelino e Maria de Lurdes Boavida, mas creio que todos os senhores deputados foram convidados a estarem presentes. Para estar presente meti um dia de férias para ir a Lisboa para estar presente nessa apresentação e fiquei encantado e satisfeito por ver uma casa cheia, com gente muito interessada e sobretudo porque o senhor Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova levou a que dois Secretários de Estado e o Ministro da Presidência fossem falar sobre o mundo rural e a apresentação que foi feita.

A apresentação deste tema em Lisboa é o corolário de um trabalho que o professor Augusto Mateus e a equipa que ele coordena que já fez há algum tempo, nomeadamente de uma apresentação que fez nas Termas de Monfortinho há cerca de dois anos quando se começou a falar deste tema. Portanto eu sinto-me satisfeito porque a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova ter feito em boa hora e apresentado este estudo.

Seguidamente deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ sobre o documento e mais concretamente na página nove no procedimento relativo à assessoria técnica especializada para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

apoio à contratação de serviços de comunicações no âmbito do Código dos Contratos Públicos, pergunto se isto tem a ver com o aumento da potência das redes de telemóvel e internet, é que nós em Salvaterra do Extremo há partes da freguesia que não têm rede de telemóvel, na Zebreira, há partes, que por experiência própria, também não têm rede de telemóvel, no Rosmaninhal também senti muitas dificuldades em determinados locais e em Salvaterra do Extremo a internet não funciona, e por isso a minha pergunta, se este procedimento tem a ver com o fortalecimento das redes de telecomunicações.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ este procedimento não tem a ver com isso, tem a ver com a nossa área de comunicação do município e não com o aumento de potência das redes de telemóveis nacionais. Sobre as questões que foram colocadas pelo senhor deputado Paulo Baptista, nomeadamente sobre a questão dos refugiados digo que os refugiados estão no concelho porque aderimos ao programa nacional e aceitamos o desafio do governo e portanto estamos disponíveis para num protocolo que fizemos com a entidade quer foi referida para recebermos até dez refugiados e portanto é esse trabalho que estamos a fazer, acompanhando o esforço que o país está igualmente a fazer. Também o projeto piloto de Oledo tem a ver com uma intervenção social que temos feito em Oledo, que depois da análise e da avaliação desse projeto o objetivo é que se possa depois estender a outras freguesias do nosso concelho. Perguntou várias vezes sobre as questões da execução financeira e obviamente que estamos no final do ano e a execução vai-se ver agora no dia 31 deste mês e cá estaremos com níveis de execução que estarão próximo dos oitenta e cinco por cento que é aquilo que habitualmente temos tido.

É evidente que do quadro comunitário nos tínhamos proposto fazer e porque os projetos se foram atrasando não vamos executar muito no corrente ano, pelo que irá passar muito investimento para o ano de 2018, no entanto o nível de execução vai ser bastante significativo. Sobre a questão do gasóleo o que está referido é abertura do procedimento, quando fazemos essas listagens, o valor que aí está refletido é o valor global do procedimento para dois anos e a informação que nós emitimos é o valor base pelo qual foi lançado o concurso, mas nos orçamentos anuais só é contemplado o valor desse aos projetos de arquitetura é evidente que nós temos candidatura que temos um gabinete técnico que vai fazendo alguns projetos, mas não consegue fazê-los todos, até porque agora fruto de alguns arquitetos terem saído com licença sem vencimento temos menos gente e portanto é uma prática habitual termos que recorrer a gabinetes fora quando não os conseguimos fazer no cá. Quanto ao corte de árvores ficamos aqui com a sua sugestão, mas os serviços quando efetuam o corte de árvores ou excedentes lenhosos nas bermas das estradas, as equipas acondicionam os restos, queimando os sobrantes e transportando os de maior volume mas não sei se se referiu a algum caso em particular ou é no geral.

-O senhor deputado Paulo Baptista referiu que se referia à limpeza de árvores junto à Granja de São Pedro na estrada que liga Alcafozes e Zebreira-

No que se refere ao mundo rural o estudo já está no site da câmara disponível para consulta dos interessados e a escolha do local para o apresentar, que foi a Casa do Concelho em Lisboa, e recorde que quando o governo veio comemorar os primeiros cem dias de governação a Idanha-a-Nova, já parte do estudo foi apresentado pelo professor Augusto Mateus em Idanha-a-Nova e antes disso já nós tínhamos apresentado também o estudo no Fórum Mundial de Inovação Rural igualmente pelo professor Augusto Mateus, portanto aqui em Idanha fizeram-se várias apresentações e entendemos fazê-lo em Lisboa porque ali conseguimos, não só ter uma parte da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 3 DE 29-12-2017

comunicação social, empresários e foi na Casa do Concelho que foi também uma forma de a dar-mos a conhecer, uma casa de todos nós na Avenida da Liberdade, com grandes potencialidades para promover e para ser, com o outras casas que também temos em Lisboa que sendo representantes da nossa diáspora, podem ser pontos de promoção do nosso concelho de uma forma muito significativa e foi isso que nos levou a escolher a Casa do Concelho de Idanha-a-Nova.

Falou-se aqui também no festival fora do lugar e é de referir que o festival fora do lugar é hoje um bom exemplo do que se faz em Idanha, é um projeto que foi integrado nos projetos de referência na Europa e que nos tem trazido de facto, não só muita notoriedade, mas muitos públicos numa altura que para as nossas unidades hoteleiras, restauração e nossa economia é muito significativo.

Sobre o estudo do professor Augusto Mateus referir só quatro pontos importantes, para não me estar a alongar dado que o trabalho é muito mais extenso, é possível ver tudo isso, mas quatro aspetos importantes para a mudança que este país deve ter, na perspetiva do professor Augusto Mateus, e com o qual nós concordamos e que nós, enquanto representantes da secção de Municípios de Baixa Densidade e do Mundo Rural levamos estas conclusões e estas propostas a plenário e foi aprovado por unanimidade, e nestas quatro questões também foram ouvidas através da Federação Portuguesa de Turismo Rural, de diferentes associações e entidades de Portugal continental e ilhas, e eu resumia de uma forma muito simples, o primeiro ponto é colocar o povoamento no centro das preocupações do ordenamento do território, habitualmente o que acontece é pôr-se o planeamento à frente do povoamento, e claramente a lógica é privilegiar o povoamento em vez de privilegiarmos o planeamento, obviamente que planeamento teremos que o fazer sobre o ordenamento do território mas a lógica do povoamento deve prevalecer. O segundo aspeto é investir e trabalhar as questões do turismo rural, o terceiro é investir nos recursos endógenos dos territórios, a cultura, os produtos regionais, as questões ambientais e aquilo que caracteriza o território e a quarta, e para nós muito importante e que o governo está a trabalhar é a redefinir a organização municipal e as finanças locais, maior descentralização, maiores competências acompanhadas de recursos, para que juntas de freguesia, que estão muito perto das populações, e as câmaras municipais possam ter uma outra intervenção mais significativa para a valorização do mundo rural.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

- O senhor Presidente da Assembleia disse que “o regimento é para ser revisto com alguma regularidade para não estarmos a infringir a lei, mas enquanto não for revisto mantém-se em vigor. Então a Mesa da Assembleia faz a seguinte proposta para a constituição da comissão de revisão ao regimento e espero que tenha acolhimento por parte dos senhores deputados. Assim propõe-se que a mesma seja constituída por dois deputados municipais do Grupo Municipal do PS, um deputado do Grupo Municipal do PSD e a representante da CDU, sendo que eu próprio e o senhor António Lisboa faremos parte dessa comissão como representantes do Grupo Municipal do PS, e agradeço então que com a disponibilidade de um senhor deputado do Grupo Municipal do PSD nos indiquem qual dos três fará parte dessa comissão, uma vez que, por exclusão de partes, a senhora deputada Maria de Lurdes Boavida fará parte da comissão pela CDU.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017**

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “naturalmente que nós continuaremos sempre a indicar a senhora deputada Susana Martins para fazer parte deste grupo de trabalho e naturalmente aguardaremos o resultado que será a contento de todos.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia disse que fica assim constituída a Comissão de Revisão do Regimento: senhores deputados António Sousa Lisboa, João Manuel Rijo Dionísio, Maria de Lurdes dos Santos Quaresma Boavida e Susana Isabel Prehaz Martins.

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA EM 30 – 06 – 2017 – O senhor Presidente da Assembleia disse que este é o relatório elaborado pela sociedade dos revisores oficiais de contas para conhecimento dos senhores deputados e solicito ao senhor Presidente da Câmara se têm algo a dizer sobre o mesmo, previamente à intervenção de qualquer senhor deputado.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “o relatório é bem claro e reflete bem a saúde económica e financeira do município numa análise que os Revisores oficiais de contas fazem semestralmente e este refere-se ao primeiro semestre do corrente ano e depois apresentam os resultados do segundo semestre aquando da apresenta da contra de gerência.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse que este é um documento para conhecimento dos senhores deputados, mas no entanto se algum dos senhores deputados quiser usar da palavra podê-lo-ão fazer.

Não houve qualquer pedido para uso da palavra pelo que o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Assembleia informou que não vamos discutir este ponto da ordem de trabalhos, o mesmo irá ser retirado porque o documento que nos chegou não está completo, por isso e de acordo com o solicitado pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova ele irá ser retirado e nem sequer vamos aborda-lo, solicitando à Câmara que o remeta completo para ser discutido nesta Assembleia.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “senhor Presidente da Assembleia, eu iria propor a não votação deste documento, não pelo facto de não estar completo e não percebo qual a falta, provavelmente algum anexo, mas constatei algumas falhas na passagem de texto de umas folhas para as outras, há palavras que se repetem, mas essencialmente e tirando o formalismo, nós gostaríamos que este documento nos fosse entregue com alguma antecedência e não apenas com cinco dias úteis de antecedência. Recordo que nestas matérias, e também na do orçamento a assembleia deve enviar aos seus membros com oito dias de antecedência os documentos, fala-se e houve aqui alguma ginástica, a convocatória



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

foi enviada e rececionada com mais de oito dias de antecedência, é verdade, mas os documentos não, e chegaram-me à mão no dia vinte e um de dezembro, metendo-se as festas e os feriados, e a ausência de alguns dos deputados para podermos discutir, não sobrou tempo útil para estudar um documento desta envergadura e com a sua importância e muito técnico, coisa que nós deputados, e eu falo por mim, não tenho essa preparação imediata para o poder estudar e por isso agradecia que logo que possível nos enviem independentemente da marcação da próxima sessão da assembleia ordinária, para quê? Para então podemos estudá-lo, colocar as nossas dúvidas, também podermos falar com alguns técnicos para perceber em que medida é que podemos também contribuir para a elaboração sem prejuízo, naturalmente, de ter estado em discussão pública entre maio e junho do corrente ano, para apresentação de propostas. Contudo gostaríamos de o conhecer com alguma antecedência, e já agora chama-se a atenção para alguns lapsos, substituição de palavras e de algumas situações não tão coerentes na redação do texto, mas com alguma antecedência para preparação da próxima discussão deste documento.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que “ propomos de facto retirar o documento porque faltam alguns documentos e por conversas tidas com a ERSAR, entendemos precisar aqui de mais tempo, porque é um documento importante, mas o nosso compromisso com a ERSAR é que no próximo ano ele estará em funcionamento e portanto vamos trazê-lo aqui em fevereiro com estas alterações que temos estado a discutir com a ERSAR. A questão deste regulamento com os aspetos que estão inerentes, é muito importante e significativo para o concelho de Idanha-a-Nova e portanto iremos trazê-lo aqui, de uma forma mais completa e também com mais tempo, para que todos possam lê-lo e apreciá-lo aqui na Assembleia Municipal.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia informou que a sessão iria ser suspensa por dez minutos para se proceder à arrumação da sala com meios técnicos para discussão do ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Terminada a suspensão o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO CINCO: PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018 - O senhor Presidente da Assembleia informou que a metodologia a seguir na discussão deste ponto da ordem de trabalhos seria a seguinte, primeiramente seria feita uma apresentação do documento pela senhora chefe da Divisão Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, depois daria a palavra aos senhores deputados municipais para esclarecimentos adicionais, depois usaria da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal e se necessário voltar-se-ia aos grupos municipais para novas intervenções. Solicitava a todos que quando intervissem o fizessem com a brevidade necessária para não alargarmos muito a nossa sessão.

Assim, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora doutora Carla Santos disse que “ a proposta de orçamento para o ano de 2018 importa, quer na receita, quer na despesa em vinte e dois milhões, duzentos setenta e seis mil, duzentos trinta e quatro euros. Em termos de receita corrente são dezasseis milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e sete euros, e de receitas de capital, cinco milhões, trezentos e quinze mil, setecentos e noventa e sete euros. A nível de despesa, a despesa corrente será no valor de quinze



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

milhões, duzentos mil e oitocentos e doze euros e de capital, sete milhões, setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois euros.

As transferências correntes são aquelas de maior valor e correspondem ao valor a transferir do orçamento do Estado. As transferências de capital têm a ver com as transferências do FEF e projetos cofinanciados. Os ativos financeiros preveem a receita que se prevê arrecadar, caso se vendam ações e os passivos financeiros têm a ver com o empréstimo que o Município contraiu em 2017 e que vai transitar para o ano de 2018.

A nível percentual a receita de capital representa vinte e quatro por cento do total do orçamento e a receita corrente setenta e seis por cento.

A nível de despesa corrente, as rubricas que representam maior valor são as inerentes a despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, mas também a rubrica dos encargos que se refere ao pagamento dos juros dos empréstimos contratados. Também é de referir a rubrica de transferências correntes que são as transferências que o município efetua ao longo do ano para diversas instituições e associações.

Na despesa de capital existem também várias rubricas, mas a nível de aquisições de capital, que tem a ver com os investimentos e com o que está refletido em termos das Grandes Opções do Plano. As transferências de capital são semelhantes às transferências correntes, os ativos financeiros tem a ver com o Fundo de Apoio Municipal e os passivos financeiros tem a ver com as amortizações dos empréstimos.

A distribuição da despesa para 2018 no total do orçamento, representa para despesa corrente uma percentagem no valor de sessenta e oito vírgula dois por cento e de despesa de capital de trinta e um vírgula oito por cento.

Este ano há uma novidade e tem a ver com a regra do equilíbrio orçamental que através dela consegue-se demonstrar claramente que temos ainda uma margem disponível. De uma forma muito simples a regra do equilíbrio orçamental diz que temos que ter receita corrente para fazer face a despesas correntes, e portanto nós com esta regra claramente conseguimos concluir que efetivamente ainda temos margem a nível de receita e despesa corrente.

Relativamente às grandes opções do plano o nosso Plano Plurianual de Investimentos cifra-se em seis milhões, trinta e oito mil quinhentos e trinta e sete euros e as Atividades Mais Relevantes no total de cinco milhões, setecentos oitenta e seis mil, duzentos oitenta e nove euros, o que perfaz um total de onze milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e seis euros. Em termos de percentagem as PPI representam vinte e seis por cento e as AMR vinte e sete vírgula um por cento.”

Terminada a apresentação do orçamento, o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ doutora Carla muito obrigado pela apresentação do documento, gostaria no entanto de lhe propor que de futuro nos gráficos atribuísse valores por baixo de cada barra, porque isso facilitaria o entendimento dos mesmos e evitaria já o esforço grande que se faz, e para si, que é uma profissional, é muito mais fácil do que para nós que não o somos e é muito complicado andarmos sistematicamente a ver e a rever porque temos várias listagens para consultar e temos que fazer rastreamento das várias situações que há, o que nos coloca sempre à procura dos outros. Os outros estão aqui muitos e conseguimos encontra-los quase todos. Há aqui algumas falhas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

vamos acreditar que foi porque não foram colocadas, mas existem porque estão aqui refletidas, embora eu tenha aqui algumas dúvidas sobre algumas coisas e vou começar precisamente por uma coisa que a senhora acabou por dizer, foi a margem e a margem é de um milhão, cento e setenta mil, setecentos setenta e nove euros. É uma boa margem mas o ano passado tínhamos mais um milhão do que isto. E até foi simpático quando disse “ainda temos margem”, mas vamos ver até quando.

De qualquer das maneiras temos um documento que é apresentado, e apenas vou falar do orçamento e o orçamento é o suporte aritmético que vai permitir a execução das grandes opções do plano. As grandes opções do plano são uma decisão deste executivo e este executivo determina que é assim que vamos ter que gerir o município no próximo ano e toma as suas opções e ao tomar as suas opções nós apenas teremos que votar, se estivermos em concordância votaremos a favor e se assim não for votaremos contra e poderemos também abster-nos como é óbvio.

Gostava de chamar a atenção só para alguns valores, e a doutora Carla já teve a gentileza de fazer isso, mas há uma dependência enorme do Estado, setenta e um por cento da receita vem do Estado, o município não consegue gerar receitas próprias, apesar do elevadíssimo investimento que faz para trazer pessoas, para trazer empresas, pela forma como o faz, e ainda assim a dependência é de setenta e um por cento. Gostava que ficasse claro que os senhores lessem atentamente os documentos porque os documentos são fundamentais e convém lê-los, porque há aqui alguns resumos simpáticos, e mais uma vez eu volto a referir, o grafismo é fundamental porque facilita a leitura e o entendimento. No passado isso assim acontecia, razão pela qual eu lhe peço que futuramente utilize a mesma prática se for da sua responsabilidade, se assim não for pedirei ao executivo que o faça.

Aqui as vendas de água, e estamos a falar de oitocentos mil euros, para as compras de água de oitocentos e cinquenta mil, eu penso que isto são perdas que ainda há na rede e portanto, como já referi numa assembleia anterior, nós deveríamos até investir um pouco no saneamento e no fornecimento de água, na medida das nossas possibilidades, talvez estejamos à espera deste documento que vai ser apreciado numa futura assembleia, mas ainda assim na rede de águas estamos a investir oitenta e cinco mil euros. Eu falei na rede de água na última assembleia quando aqui estivemos e disse que, como as sobras que havia devia-se investir, mas a opção do executivo não foi essa, foi por outra via.

A nossa despesa com o pessoal representa trinta e dois por cento da despesa corrente, eu penso que é uma despesa muito elevada, e afinal de contas temos uma estrutura extraordinariamente pesada, somos o maior empregador da região, nós entendemos que se deveriam trazer mais pessoas para também elas concorrerem com a câmara e montarem aqui empresas e tornarem-se empregadoras. Temos uma estrutura provavelmente, no meu entender demasiado grande. Deveríamos ter mais pessoas e se assim fosse seria uma estrutura adequada, mas infelizmente estamos a reduzir o número de habitantes.

Chamava a atenção para o montante que se gasta em pareceres e consultadoria, trezentos e trinta e sete mil euros de grosso modo, estou a falar de valores aproximados, publicidade, duzentos e noventa mil euros. A publicidade, os estudos e os pareceres e consultadoria devem servir para gerar riqueza, portanto quando nós gastamos isto, partimos do princípio que somos ressarcidos deste montante e acrescido de algumas mais-valias, mas não é isto que temos visto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

Aqui há pouco o senhor Presidente da Câmara falou do estudo do professor Augusto Mateus e falou em quatro, não sei se, pilares ou diretrizes, mas uma delas falava na maior atribuição de responsabilidades ao poder local e até apresentou valores percentuais praticados em Portugal e que são muito inferiores aos praticados noutros lados da Europa. Nós somos a favor da delegação de poderes nas juntas de freguesia, são eles que estão mais perto das populações, então as transferências que há a nível de transferências correntes para as freguesias são quinhentos quarenta e sete mil euros, já para associações sem fins lucrativos é muito mais, portanto enquanto uma vão aí a 3,6% da despesa corrente, as outras vão quase a 10%. Já quando se fala de transferências de capital para as juntas de freguesia os valores são reduzidíssimos, francamente baixos. Portanto a junta de freguesia que é a extensão do poder local junto das populações, aqui neste orçamento não é apoiada como nós achamos que deveria. É obvio que o senhor Presidente da Câmara vai chamar a si a responsabilidade de executar uma série de obras em nome do executivo, não é esse o nosso entendimento, portanto não é assim que nós entendemos que deveriam funcionar as juntas de freguesia.

Há uma coisa que eu ainda não consegui perceber, as transferências para as freguesias são cem mil euros e para instituições sem fins lucrativos são mais de trezentos mil euros. Naturalmente falar-me-ão das IPSSS que também aqui estão incluídas, mas reparem as juntas de freguesia que os senhores estão aqui a representar deveriam reclamar, no nosso entender, e se fossemos nós a determinar pois faríamos o orçamento de outra maneira.

Ainda não consegui perceber a questão do gásóleo, alguém me terá que explicar, porque tenho alguma dificuldade em entender, existe para gastar este ano gásóleo a verba de duzentos mil euros e nós temos no documento que analisamos há pouco, para dois anos, duzentos e sete mil euros, por isso ainda não consegui perceber isto, portanto se num ano gastamos duzentos mil euros, como é que fazemos um concurso para contratar apenas duzentos e sete mil euros para dois anos.

Chamo à atenção da rúbrica “outros” nas transferências de capital representam uma fatia considerável, é obvio que depois estão justificados mas à partida no primeiro documento não são claras, compreendo que é uma questão de rúbricas, mas a transparência é fundamental e para que não basta parecer, tem que se mostrar que se é pelo que seria importante que de futuro essa situação fosse naturalmente mais elucidativa para nós.

Quanto à margem eu já falei e o orçamento que nós temos, é um orçamento que em meu entender não me parece traduzir as ambições que o senhor Presidente, em qualquer lugar, traduz para o concelho de Idanha-a-Nova e para os seus municípios. A forma como utiliza o dinheiro que é de todos parece-nos que não é a melhor, é aquela que este executivo decidiu, mas de certeza absoluta nós faríamos diferente e, no meu entender, provavelmente melhor.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia de a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “tal como o senhor deputado Paulo Baptista disse é o orçamento do executivo, nós faríamos algo diferente mas isso é uma opção de quem está a governar. Evidentemente que nós podemos fazer as nossas observações. Na questão da água parece-me que as redes de água estão obsoletas porque se verifica a falta de pressão e quando se aumenta a pressão as condutas rebentam e como se constata há muitas fugas de água que são um encargo para o município e penso que a solução para minimizar isto esteja na substituição das condutas de água. As ETARS,s devem ser igualmente revistas e vigiadas, porque há determinadas alturas do ano em que a capacidade das mesmas são insuficientes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 3 DE 29-12-2017

Há uma rubrica no orçamento que não percebo muito bem e que tem a ver com a verba afeta a canil, não sei se é para a construção de um canil se é somente para a recolha de animais nas freguesias e onde é que os vão entregar, gostaria de ser esclarecida.

A questão do gasóleo o que percebi foi que, e não sei se é assim ou não, no ano que vem haveria menos consumo de gasóleo porque já haveria alguns veículos elétricos nos serviços de recolha de resíduos, mas se assim não for, também gostaria de ser esclarecida.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse que “o ponto da Ordem de Trabalhos em análise é o Orçamento para 2018, que é um documento importante, é um documento que é político, é um documento que é complexo. Um Orçamento pode ser estático, flexível ou mesmo misto, mas deve sempre analisar como é obvio os gastos e as receitas em termos absolutos de cada um dos capítulos. Isto é importante para ver as percentagens estruturais de cada um dos capítulos dentro do orçamento global e, comparar com exercícios anteriores.

Não vou fazer uma análise numérica do orçamento, mas sim tentar sublinhar que o Orçamento para 2018 demonstra que o Município de Idanha-a-Nova está preparado para enfrentar os desafios do próximo ano. Este é um documento que se me afigura realista, ambicioso, feito com rigor e bem planeado.

Após leitura atenta ao documento, posso inferir pelo compromisso em dar continuidade às políticas implementadas, sublinhando a prioridade para a Coesão Económica com destaque nas áreas da Educação, da Ação Social, da Saúde e da Economia.

Acredito que os projetos propostos neste Orçamento serão uma realidade, e que o nosso concelho será cada vez mais atrativo e um exemplo reconhecido a nível nacional e internacional.

Em 2018 estaremos perante várias oportunidades para captação de receitas. Neste capítulo realço as oportunidades dos programas comunitários, com investimentos materiais e imateriais. Destaco de forma acentuada investimentos com a reabilitação de vários espaços e edifícios, o projeto de redes Wi-Fi nas aldeias históricas, o projeto Beira Baixa Cultural, o projeto 5 Municípios, 5 Culturas, 5 Sentidos, a valorização do castelo e muralhas de Monsanto, investimento na Rede Primária e Pontos de Água no Concelho, o programa de cooperação transfronteiriça, entre outros.

No plano imaterial sobressai ainda o ciclo de eventos temáticos que tem permitido dinamizar a economia local e apoiar produtores e comerciantes do concelho, atraindo visitantes e turistas. São também eventos onde os nossos usos, costumes e tradições são promovidos e valorizados.

Na captação destes financiamentos, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova tem sabido posicionar-se bem, fruto da visão do seu Executivo, e da sua capacidade de execução. É de referir que o valor total da receita, que em 2018 é superior à do ano anterior, inclui uma verba significativa proveniente dos fundos comunitários.

Este é um Orçamento que permite materializar no terreno políticas ambiciosas e inovadoras que promovam o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho de Idanha-a-Nova.

A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova tem cumprido a sua missão de construir um concelho centrado nas Pessoas, sempre em estreita parceria com as associações e intuições locais, as paróquias, o tecido empresarial e as Juntas de Freguesia.

Acredito que nos temos vindo a preparar para ganhar os desafios da competitividade, ou seja a capacidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 3 DE 29-12-2017

lograr cumprir a nossa missão, superando se possível as necessidades e expectativas dos munícipes.

Da inovação, que poderá traduzir-se na exploração com sucesso de novas ideias, acompanhando de perto todo o processo diminuindo o risco imprevisível, e, por último da sustentabilidade.

Município sustentável significa ser um Município com melhor qualidade de vida.

Por isso, ou melhor, para isso, temos de tratar como exemplo da:

Água bem essencial á vida cada vez mais escassa, energia eólica e renovável, menos poluente e mais barata, mobilidade no espaço municipal e intermunicipal, a qualidade do ar, a agricultura biológica, as barreiras arquitetónicas, os edifícios degradados, a higiene, e a salubridade, a educação, a saúde e muitos outros.

Resumindo para termos um Município sustentável, temos de alcançar metas, cumprindo aquilo que resulta da auscultação dos munícipes e do que definem e que querem para um Município Sustentável.

Sempre com a preocupação de acautelar o equilíbrio financeiro da autarquia.

Os resultados já começam a surgir. Estão refletidos em vários indicadores positivos ao nível social, cultural e económico.

Para terminar, quero saudar o Executivo da Câmara Municipal e os seus serviços, pela qualidade e clareza destes documentos financeiros.

Boa execução orçamental.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que “ o orçamento que apresentamos para 2018 reflete um aumento de cerca de 15% face ao ano anterior. Poderíamos dizer que este aumento reflete aquilo que é o quadro comunitário, mas já no orçamento anterior grande parte do quadro comunitário, aquele que no âmbito da Comunidade Intermunicipal no pacto que nós assinamos aqui já estava refletido, portanto ele tem e reflete esses investimentos. Conseguimos de facto um aumento significativo porque outras candidaturas conseguimos entretanto que não estavam dependentes do pacto com valores referidos e concretizados para o município no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa mas por que já refletiu o nosso trabalho que temos feito no sentido de conseguir outras candidaturas, nomeadamente na área do imaterial, nas áreas da coesão económica e social que temos trabalhado. Assim começámos com um orçamento de vinte e dois milhões, o ano passado eram cerca de dezanove milhões, e ainda não tendo esta assembleia apreciado este orçamento, já no final do ano tivemos mais uma candidatura aprovada no valor de um milhão de euros para valorizar a nossa área de localização empresarial na zona da Várzea e para todo o investimento que estamos a fazer na área da economia verde, a qual vai dotar de infraestruturas toda a área da várzea e para que possamos ver ainda muito melhor mais empresas e consigamos com isto mais riqueza e mais emprego, e por isso em fevereiro iremos certamente fazer a primeira revisão orçamental e o orçamento passará a ser de vinte e três milhões de euros. Também, já no final do ano e ainda conseguimos refletir no documento, dado que nos foi aprovada uma candidatura, que além do que já estava refletido neste ano, vai valorizar, e esta no turismo de Portugal, a aldeia de Monsanto, que atendendo às suas características de acessibilidades e na próxima quinta-feira, com a senhora Secretária de Estado do Turismo assinar o protocolo, conjuntamente com mais dois, e estes ainda não estão refletidos no orçamento, mas que em conjunto foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

aprovados com a Associação das Aldeias Históricas de Portugal para as áreas da promoção e também para as áreas do Wi-fi que irão ser distribuídos pelas nossas aldeias históricas. Portanto isto reflete um investimento que temos estado a fazer e também a credibilidade que o Município de Idanha hoje tem a nível nacional e internacional pra conseguir, e saibamos nós fazer este bom trabalho, mais programas comunitários quer para gerir por parte da câmara municipal, das juntas de freguesia, das associações e das diferentes instituições de que o concelho de Idanha é composto, mas também para os nossos empresários. É essa também a nossa preocupação de acompanhar os nossos empresários que vivem no concelho, outros que estamos a conseguir a trazer para cá, para que todos juntos numa chamada estratégia de eficiência coletiva consigamos de facto estes resultados. O orçamento reflete isso mesmo, reflete todo este trabalho que estamos a fazer na aposta da coesão económica e social. Como já foi dito aqui e como já referimos este ano numa assembleia municipal, os dados do Instituto Nacional de Estatísticas são claros e não são nossos, estamos a conseguir inverter os fluxos migratórios, estamos a ter um aumento de novas empresas de uma forma significativa, de mais empresas, estamos a conseguir dados importantes como é o crescimento do número de alunos, abertura de escolas, de novas turmas e todo o nosso investimento está a conseguir trazer indicadores. Estamos satisfeitos? Não. Temos muito para fazer, e por isso é que o nosso orçamento é um orçamento ambiciosos, mas sempre com uma premissa, a do equilíbrio financeiro, e é um orçamento que visa, através deste instrumento, ajudar a criar emprego e riqueza, junto das nossas empresas, junto das instituições sem fins lucrativos, quer sejam entidades das autarquias locais, quer sejam as associações. É isto que o nosso orçamento reflete na continuidade do que é a nossa estratégia de uma Idanha solidária.

Respondendo a algumas questões que aqui foram colocadas, é verdade que a nossa estrutura com pessoal vai aumentar no próximo ano, também tem sido, e foi uma luta que tivemos a nível da Associação Nacional dos Municípios Portugueses para que o governo desse às autarquias, com a sua autonomia, essa possibilidade, porque são as autarquias que devem prosseguir os seus equilíbrios económico-financeiros e demonstraram-no durante estes últimos quatro anos, e foram as autarquias na sua totalidade que mais contribuíram para a redução do défice público em Portugal. Portanto, as autarquias demonstraram que sabem gerir bem os recursos que têm e com isso obter resultados. Portanto assumimos claramente que a estrutura com pessoal para o próximo ano vai aumentar, muita desta estrutura é feita em programas comunitários que temos em curso, que depois com o tempo e com a sustentabilidade económico-financeira poderão tornar-se definitivos. Falamos aqui já na prevenção e combate aos incêndios, que vai ser um investimento que nós vamos continuar a fazer e somos dos municípios que mais temos investido nisso e somos dos municípios que temos uma noção que o nosso património natural é de uma enorme preciosidade, que temos que o preservar, e é esse o nosso compromisso, porque é a partir dele, que é a nossa matéria-prima, é fundamental para a criação de riqueza e de emprego no futuro. Portanto para nós isto é encarado como um investimento e temo-lo dito a nível do atual governo, nos diferentes ministérios deste nosso investimento e isso vai continuar a ser, mas não só, também na área do pessoal reflete-se o nosso investimento que estamos a fazer e continuaremos a fazer nas áreas sociais, nomeadamente na questão da saúde e da educação.

Também foi aqui falado na questão da rede de águas e saneamento. A água e a questão da energia são dois elementos importantes e significativos quer na nossa estratégia, quer no nosso propósito do desenvolvimento do concelho de Idanha em termos de desenvolvimento da economia verde, quer também na estrutura económico-financeira do município. Sabemos que a nossa rede de água e de esgotos, tendo sido das primeiras e o Município



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

de Idanha foi pioneiro nesse processo no país, hoje precisa de ser reabilitado, mas para ser reabilitado precisa de ser conhecido. Se há algo que fizemos este ano, foi um grande investimento nesta área em termos de conhecimento com as diferentes entidades, como é o caso da ERSAR com quem estamos a falar, para podermos no próximo ano continuar a fazer um levantamento, ou seja, aquilo que é o nosso cadastro, podermos medir a água que compramos, a que gastamos para que, a aí somos obrigados pela entidade reguladora dos serviços de água e de resíduos, para que tenhamos um sistema sustentável. Para que possamos fazer os investimentos nos locais que nos podem trazer mais retorno em termos de perdas e em termos da qualidade da água é preciso conhecermos bem o sistema. Também vamos apelar às populações para que possam gerir cada vez melhor um bem tão escasso como é a água e gerir cada vez melhor um bem que nos sai muito caro que é a gestão dos resíduos e do saneamento. É importante que sejamos todos juntos a poder ter uma atitude muito positiva relativamente a tudo isto. Também aqui foi falado a questão das transferências para as juntas de freguesia e para as associações e quero aqui referir que a autarquia anterior que me antecedeu, liderada pelo engenheiro Álvaro Rocha, investiu muitíssimo nesta relação com as freguesias, com as associações, com as IPSS. Se relembarmos o que era antes do engenheiro Álvaro Rocha e o que foi depois, e que foi a sua grande obra, nós continuamos a dar-lhe continuidade, e relativamente às transferências para as juntas de freguesia que o senhor deputado Paulo Baptista falou, quero lembrar que foi o seu partido, e enquanto o seu partido esteve no governo da nação, que acabou com as freguesias no concelho de Idanha, eramos dezassete e passamos para treze, e nessa altura não vi os senhores deputados do PSD a defender a causa das juntas de freguesia e vem hoje aqui com este processo. O seu partido não é, nem nunca foi, um defensor das autarquias locais, e é também o governo que agora está em funções, que é do PS, que está a trazer à discussão esta questão da descentralização e da maior autonomia financeira, de proximidade com as juntas de freguesia e com as câmaras municipais. E se o engenheiro Álvaro Rocha fez um grande investimento nesta área, posso-lhes dizer que já na minha liderança na câmara municipal aumentámos, face ao período anterior, mais de um milhão e duzentos mil euros, o que representa nestes últimos quatro anos uma verba significativa e assim vamos continuar a fazer, porque sabemos que as juntas de freguesia são quem está próximo dos cidadãos e estarmos próximos do cidadão é a nossa estratégia e vai continuar a ser.

Também as transferências para as associações, como aqui disse e muito bem, as IPSS que hoje cada vez mais estão com processos muito complicados em termos de gestão, a nossa preocupação para cada uma delas é fundamental para que consigamos ter serenidade neste nosso processo, mas também outras instituições, como é o caso do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento e outras associações do concelho, que prestam apoios sociais nas áreas da educação e também na área da coesão económica e social, e por isso vai continuar a ser o nosso investimento que é com estas parcerias que conseguimos de facto estar mais próximos dos cidadãos nas áreas que aqui falamos, na área da educação, da saúde e da segurança e se há algo que estamos a fazer relativamente a isto é distribuir isto por todas as freguesias do concelho de Idanha. Portanto nós somos daqueles abrem escolas, abrimos infantários, abrimos berçários e damos apoios sociais, quer seja na aldeia mais remota ou na sede do concelho, para nós todos os que vivem no concelho de Idanha, escolham onde decidem viver, tem todas as condições para ter qualidade de vida e isso tem sido de facto o nosso grande investimento e vai continuar a ser.

O mesmo é criar as condições para que as empresas e os empresários, que o decidam ser, possam também escolher qualquer parte do concelho de Idanha para investir e aí podermos dar-lhes todas as condições para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 3 DE 29-12-2017

desenvolver o seu projeto profissional e co isso contribuir de uma forma coletiva para o desenvolvimento do concelho de Idanha-a-Nova.

Também foi colocada aqui a questão sobre as ETAR,s e obviamente que está no nosso orçamento isso refletido, sabemos também da sensibilidade dessa matéria, estamos a procurar várias soluções e nos primeiros seis meses do próximo ano vamos ter várias intervenções naquelas que estão em situação mais difícil e todas as outras vão ser avaliadas uma a uma, não só para podermos ter um bom resultado naquilo que queremos, que é o tratamento final ser um resultado com qualidade, como também oferecermos mais qualidade de vida às populações.

Na compra da água que aqui está refletida refletimos também aquilo que são os nossos autoconsumos, portanto o que estava antes definido como perdas de água, na verdade uma boa parte são nossos autoconsumos que estão aqui refletidos no orçamento, e portanto desta forma conseguimos ir, cada vez mais, tornar de uma forma muito clara a utilização deste valor tão importante que é a água.

Também foi falado aqui a questão do canil e neste apeto estamos a ponderar, mas não está refletido no orçamento o que está refletido é a aquisição de equipamentos para a captura de animais, mas estamos de facto a pensar e a refletir sobre o podermos ter uma estrutura a nível municipal para podermos ir ao encontro das populações, não só com a questão dos cães, mas também dos gatos e outros animais.

Sobre a questão do gasóleo, mais uma vez o que foi dito aqui é que o concurso feito foi para dois anos que poderá ser utilizado, mas a nossa preocupação é fazer gestão deste combustível, e portanto pode ser estendido por dois anos e o concurso foi feito nesse âmbito.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ o título formal é um orçamento muito menos explicado, se me permitem a utilização desta expressão, temos mais palavras, muito vagas, muito genéricas, que depois precisávamos que ficasse refletido nos vários mapas. Este ano os mapas são mais difíceis de ler, são menos elucidativos das verdadeiras apostas deste município na aplicação das receitas e na distribuição das mesmas relativamente às despesas.

Mas iria fazer alguma apreciação das grandes opções do plano para 2018 que este executivo decidiu fazer. Sabemos que o Município de Idanha-a-Nova pretende ser a capital do bem-estar. Ora o bem-estar das populações define-se por vários parâmetros, designadamente na aposta, e como este executivo aqui vem, ao longo de várias páginas, também vem dizendo que a aposta em medidas ambientais, na adoção de políticas que também visam o aproveitamento, de uma forma racional, dos recursos ambientais que temos. Ora bem quando falamos, e volto outra vez a falar da água, de facto este ano temos vindo a falar muito da utilização, na rede de distribuição de água porquê? Porque enfrentamos um ano de verdadeira seca, enfrentamos diversas dificuldades, no nosso concelho não mas há outros concelhos deste país com grandes problemas, e olhamos para o nosso vizinho país, Espanha, que tem também enfrentado vários problemas com a gestão e utilização da água, e quando nós olhamos para o nosso concelho e temos ouvido, já ao longo dos vários anos, que existem perdas significativas de água e que a nossa rede de distribuição é das redes mais antigas, ao olharmos para os vários mapas do orçamento, o que é que nós encontramos como valor no investimento nesta rede de distribuição de água, oitenta e cinco mil euros, e falamos na rede de distribuição de água, e falamos aqui numa medida que diz o seguinte *garantir a manutenção das infraestruturas de distribuição de água, prevendo-se assim a substituição da rede sempre que possível*, eu pergunto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

sempre que possível ou sempre que necessário?

O senhor Presidente falou que está a ser feita uma inventariação dos vários problemas na rede de distribuição de água, o porquê das perdas, onde é que se refletem maiores perdas no concelho e gostaria de saber quando é que esse estudo estará concluído e depois quais é que serão as medidas, porque penso que neste próximo ano de 2018 ainda não temos aqui refletido neste orçamento, porque oitenta e cinco mil euros não cabe neste valor seguramente no quadro comunitário, porque olhando, poderemos ter a esperança, a câmara municipal por sua iniciativa própria e com capitais próprios não vai fazer, mas vai candidatar a algum projeto comunitário e gostava de saber se está contemplado neste PRODER, rede primária e pontos de água no município e em que é que se vai concretizar, porque era importante, e uma vez por todas, e tendo de facto um aumento do valor do orçamento para 2018 saber se este investimento na rede de água é para fazer e se nos vai permitir então a todos os munícipes de Idanha-a-Nova lidar com estas preocupações do aproveitamento de água, porque senhor Presidente, é importante efetivamente, e como o senhor inicialmente disse que este ano queriam também combater o desperdício de água fazendo campanhas de sensibilização na prevenção preventiva para o uso de água doméstico, mas como é que nós vamos dizer isso aos nossos cidadãos, se nós próprios não tomamos medidas nesse sentido, e estamos a falar de despesas de capital. Mais uma vez o senhor Presidente diz que a sua preocupação é com as pessoas e não fazer rotundas, nós vimos para aqui falar em despesas de capital mas as despesas de capital são rotundas e portanto tem que utilizar os recursos nas pessoas. Senhor Presidente há mais despesas de capital para além das rotundas e a questão da água e as preocupações ambientais, são preocupações que devemos todos ter e começando já por definir a rede de distribuição de água que precisa de ser substituída e que já não é possível a manutenção dado o estado em que se encontra.

Outra questão que permite o bem-estar, de facto, no município de Idanha-a-Nova, e este ano fomos assolados, não no nosso concelho felizmente mas noutros concelhos limítrofes, com a questão dos incêndios. É preciso perceber e já houve estudos muito importantes e significativos nessa matéria, as causas. Os incêndios todos os anos há, mas porque é que os incêndios estão a criar consequências cada vez maiores nas pessoas e nas comunidades. Por causa da desertificação, que é uma das causas, efetivamente não há pessoas, as pessoas que existem não tratam dos seus terrenos e isso, como o senhor deputado falava há pouco, torna esse material inerte em combustível e que tem consequências muitíssimo graves. Isto só para nos levar ao item dos serviços municipais de proteção civil onde verificamos o cuidado na elaboração de planos no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, não vemos é medidas para a reflorestação do nosso concelho. Bem sei que a área municipal pública poderá ser reduzida e que a maior parte é detida por proprietários privados, mas existirão certamente medidas que possam ser levadas a cabo para ajudar a que os privados possam tomar medidas na reflorestação. Vemos a prevenção, mas a prevenção essencialmente é em ações de silvicultura preventiva no âmbito da defesa da floresta e depois o combate efetivamente ao incêndio. A reflorestação é importante também no nosso concelho como em tantos outros, porque, senhor Presidente nós andamos por estas estradas fora e o que é que vemos, campos abandonados.

Turismo, cultura, desporto e património sempre foi a grande bandeira deste executivo, a aposta no turismo, é verdade, temos muitas feiras, temos muitas promoções de eventos, a promoção do comércio local e de alguma produção local, mas há aqui uma preocupação de alojamento de grande número de turistas que nos querem visitar. Os grandes grupos que dinamizam pacotes de agências de viagens continuam a não ter sítios onde possam ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 3 DE 29-12-2017

totalmente acolhidos porque temos duas unidades hoteleiras que continuam de portas fechadas, porque não existem soluções para que entrem em funcionamento, e já andamos há vários anos a perguntar o que se fará dessa unidades hoteleiras e continuamos neste orçamento a não ver respostas para isto, e esta sim era uma grande medida na área do turismo.

Outra questão relativamente ao município e que se deveria dedicar maior importância, é verdade que se reflete esta situação, urbanismo e planeamento. Há um tempo atrás, se a memória não me falha, foram criadas as ARU,s, toda esta assembleia aprovou por unanimidade a criação das ARU,s que foram estendidas a todas as freguesias do concelho, ao contrário do que se fazia noutros concelhos, contudo existem benefícios ao nível fiscal, benefícios esses que são criados por medidas legislativas de índole nacional, contudo a nível municipal também não vemos refletido essas medidas no orçamento, ou seja, diz-se aqui que se pretende fomentar a reabilitação urbana através de áreas de reabilitação, as áreas de reabilitação estão criadas, que medidas de promoção são essas? Temos algum gabinete que acolhe os proprietários e que diz pode candidatar-se a este projeto, àquele, tem isenção do pagamento das licenças, tem aqui um gabinete de apoio para coadjuvar nos projetos, a câmara apoia na reconstrução de fachadas, na reconstrução de telhados, em que é que essas medidas contemplam? Vemos o texto, ouvimos as palavras, mas não vemos os números no orçamento, e portanto esperemos bem, em princípio já não se refletirá no orçamento de 2018 mas que, de uma vez por todas se possa começar a ver a reabilitação das zonas e dos centros históricos das nossas freguesias, porque na verdade e aqui foi dito em últimas assembleias pelos senhores presidentes de junta de freguesia é que há muitas construções em ruínas dentro dos perímetros urbanos e a equipa municipal de fiscalização, e não só, está a atuar nessa medida mas e as obras coercivas estão a ser feitas? Onde é que há orçamento para a realização dessas obras coercivas? Não encontramos também nenhum item específico para esta situação. Como tal continuamos a ver provavelmente o nosso concelho a deteriorar-se e a fruir, em termos de habitação e em termos de edifícios.

Falamos aqui da saúde e segurança com protocolos com determinados organismos do Estado e a criação de uma unidade móvel de saúde e de serviços descentralizados. Já tinha ouvido falar de facto, penso eu em alguma assembleia, porque este assunto não me é estranho de todo, saber o que é necessário para por esta unidade móvel de saúde e de serviços descentralizados a funcionar, qual o valor concreto no orçamento aplicado na saúde, porque o valor que nós aqui verificamos e aferimos, e não sei se está prevista alguma medida como por exemplo para o Centro de Saúde, mas vemos aqui um valor de trinta mil euros, portanto, para quem quer apostar na saúde é um valor muito, muito insignificante quando comparado, por exemplo, com obras de melhoramentos na Feira Raiana, o porquê destes setecentos e vinte e cinco mil euros? Para quê?

Senhor Presidente, para além de tudo o que já disse, entendemos que este orçamento, que para além de ser um orçamento de continuidade, não trás as soluções necessárias que este município carece e precisa para evitar a desertificação galopante, e por isso o Grupo Municipal do PSD vai votar contra.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que “ respondendo aqui a algumas questões e fazer aqui algumas considerações finais digo que várias vezes se fala aqui de desertificação, o problema põe-se com o despovoamento, o despovoamento é que pode depois levar à desertificação de solos, aliás o grande problema que existiu este ano na região centro com os fogos e com as reflorestações que a senhora deputada quer para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

concelho de Idanha, que deu a calamidade que deu em toda a região centro com zonas de pinheiro e de eucalipto. Nós também temos no concelho de Idanha e essas são as áreas mais desertificadas. Não encontrará no nosso orçamento dinheiro para fazer reflorestação, só se fossemos donos dos terrenos do concelho de Idanha-a-Nova, agora o que faz parte do nosso investimento, como disse, a prevenção no combate aos incêndios é termos uma estratégia de apoio àqueles que são os proprietários, aqueles que são os agentes que estão no terreno que poderão fazer esse trabalho. E nós para além de aumentarmos com as equipas que estão no terreno a fazer silvicultura preventiva, estarão a fazer vigilância durante o ano, também vamos aumentar as nossas equipas técnicas para que possamos ir ao encontro daquilo que é o desafio deste governo, e mais uma vez digo que este governo está a olhar para este processo com olhos como nunca se olhou até agora e nós vamos acompanhar esse processo para que nós possamos, até aqui dar indicações àqueles que são os investidores, que são os donos das terras, que é aquilo que pensamos que vai acontecer no âmbito da descentralização, que os municípios possam ser chamados a poder ter aqui uma outra opinião nas áreas do licenciamento do que sejam reflorestações. Idanha está a tomar a iniciativa de poder dotar-se já tecnicamente, e sempre tivemos uma boa equipa, mas vamos aumentar essa equipa técnica para podermos dar apoio aos empresários, aqueles que são os proprietários dos terrenos, as juntas de freguesia poderem ter um papel importante junto das populações e das casas à volta das povoações. Portanto vamos ser chamados para um desafio significativo e nós somos daqueles que estamos a dar o passado em frente e daí o nosso grande investimento nesta área da prevenção e do combate aos fogos florestais.

Também se voltou aqui a falar da questão do PRODER e digo que é uma candidatura que temos em curso onde se fala na rede controle da rede primária e da rede de pontos de água e isto é um dos trabalhos que obviamente, em termos de investimento isso sim está aqui refletido no nosso investimento, de uma forma significativa com candidaturas que fizemos e estaremos atentos para fazer mais para podermos ajudar os nossos empresários e os nossos proprietários e as nossa juntas de freguesia a poderem ter uma atuação ainda mais positiva.

Falo também na questão do turismo e das unidades de alojamento fechadas, mas obviamente são entidades privadas e por muito que nós os tenhamos motivado, e são conhecidas as razões, nada os demoveu do seu propósito, mas não é o nosso objetivo estar a comprar mais hotéis, ou fazermos nós hotéis, mas agora estamos a promover para que essas unidades possam funcionar de novo e sabemos do interesse de vários empresários com interesse em reabrir essas unidades hoteleiras, mas como os proprietários têm vários processos jurídicos e só por isso é que as transições ainda não aconteceram, mas esperamos que aconteça no curto prazo. No entanto o concelho de Idanha hoje, e a diferença de quando chegamos à câmara com o engenheiro Álvaro Rocha tínhamos menos de dez unidades hoteleiras, hoje temos mais de quarenta, a aproximar-se das cinquenta unidades hoteleiras, não são de grandes dimensões, mas também são aquelas que mais deixam a sua riqueza no concelho. Os grandes grupos económicos vêm e geralmente o que ganham não fica na sua totalidade, no entanto estamos sempre disponíveis para receber todos os que quiserem investir no concelho de Idanha e quiserem cá ser empresários.

Falou também na questão da reabilitação urbana e de facto como dissemos fizemos um grande investimento na criação das áreas de reabilitação urbana e vamos fazer uma grande campanha junto das nossas freguesias e o facto de este ano termos criado a do IMI que pode ser majorado no caso de não haver reabilitação urbana, são medidas para chamar à atenção da nossa população para fazer reabilitação das suas casas e estamos neste momento a fazer um trabalho, e quero desde já enaltecer e agradecer o trabalho do nosso gabinete técnico que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017

já a fazer um bom trabalho e vai continuar em 2018 com todas as nossas juntas de freguesia para o levantamento das casas que estão devolutas para podermos identificar os proprietários, podermos no caso de casas devolutas informar a Autoridade Tributária para que se possa majorar o IMI no caso de não haver reabilitação, mas também informá-los de que, querendo fazer reabilitação urbana, podem ter benefícios fiscais por termos áreas de reabilitação urbana, a que se vão seguir os planos de ação dessas áreas de reabilitação urbana, que também permite, e nós entretanto pedimos uma audiência à senhora Secretária de Estado da Habitação, que os particulares também possam recorrer a instrumentos como é o IFRU, que é um instrumento financeiro para a reabilitação urbana que permite que quem faça reabilitação urbana possa ter um acesso a estes fundos que são financiados pelo programa comunitário e que vai reduzir as taxas de juro do dinheiro que está disponível. Para além disso também podem beneficiar da redução de IVA a 6%. Se as casas estiverem em ruína e os proprietários não fizerem as suas recuperações, nós duplicámos o valor que está em orçamento do dinheiro previsível para podermos tomar posse administrativa de algumas das casas que representem perigo e que a lei nos permite a fazer essa posse administrativa e possamos nós fazer, dentro do que a lei permite, a reabilitação. Isto representa um grande desafio, quer para o nosso gabinete técnico, quer para o nosso gabinete jurídico, para que possamos depois reaver o dinheiro a que temos direito.

Falou também na questão da saúde e nós temos um projeto que está praticamente no final para ser apresentado, um projeto também candidatado a fundos comunitários, que mais do que estamos a fazer um novo centro de saúde, ou reabilitar o existente, tem algumas obras de reabilitação para dar melhores condições aos utentes que precisem e isto foi numa conversa entre a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco e o centro de saúde de Idanha, acompanhado também pela Administração Regional de Saúde, mas que vai muito mais além disso, numa cooperação entre todas as entidades podermos ter não só uma, mas duas viaturas na área da saúde e na área dos serviços, que depois vão, em colaboração com todas as entidades na área da saúde, às nossas IPSS, com outras entidades, como é o caso do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, vamos percorrer todas as nossas freguesias para podermos fazer a sinalização das questões de saúde que existem, podermos fazer a colaboração com outras entidades como é o caso da Fundação Álvaro Carvalho com quem já fizemos um conjunto de operações às cataratas, mas que a partir do próximo ano se vão seguir novas ações na área da cardiologia, da dermatologia, da urologia e portanto é aqui que com os recursos limitados que todos temos, mas se dermos todas as mãos podemos dar aos nossos concidadãos que vivem nas nossas freguesias, dar muito mais qualidade em termos de saúde e de proximidade.

Também falou aqui da reabilitação da feira raiana, é verdade, o nosso objetivo é reabilitar aquele espaço e dotá-lo de condições para poder, não só organizar vos eventos que habitualmente se fazem na vila de Idanha, mas com isso darmos também um apoio muito significativo ao funcionamento da Escola Superior de Gestão e a um conjunto de atividades e de eventos que são habituais ao longo do ano na Escola Superior de Gestão e de outras instituições de educação.

Portanto este orçamento é um orçamento que eu peço a esta assembleia que aprove no âmbito do que tem sido a nossa estratégia de uma Idanha solidária, é ambicioso para conseguirmos resultados para conseguirmos concretizar aquilo que sabemos que sozinhos é muito mais difícil, mas é importante que sejamos proactivos e este orçamento é muito proactivo, para em conjunto com o nosso governo da administração central, com as instituições com quem



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 3 DE 29-12-2017**

trabalhamos e cooperamos nas nossas redes, quer a nível local, a nível regional, a nível nacional e a nível internacional consigamos obter resultados e é para isso que cá estamos, para que a Idanha seja vista por todos nós como uma boa oportunidade para nós vivermos, os nossos filhos e aqueles que também querem passar a ser idanhense.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à **PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: três, Paulo Baptista, Susana Martins e Paulo Freire Rodrigues (PSD)

Votos de abstenção: um, Maria de Lurdes Boavida (CDU)

Votos a favor: vinte e três.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM TRÊS VOTOS EM CONTRA, UM VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018.”

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Não houve qualquer pedido para uso da palavra por parte do público presente.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.